

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

**O DUALISMO GRAFITE VS PICHAÇÃO: ARTE
GRAFITE, *TAGGING*, PICHAÇÃO E PIXO**

VITÓRIA
2015

MARCOS ANTÔNIO CRUZ DE ARAÚJO

**O DUALISMO GRAFITE VS PICHAÇÃO: ARTE GRAFITE, *TAGGING*,
PICHAÇÃO E PIXO**

Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Linguística do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo para obtenção do grau de Mestre em Linguística.

Linha de Pesquisa: Linguística Aplicada
Orientadora: Prof^a Dr^a Virgínia Beatriz Basse Abrahão

VITÓRIA

2015

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP) (Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

Araújo, Marcos Antônio Cruz de, 1987-
A663d O dualismo grafite VS pichação : arte grafite, *tagging*, pichação e pixo /
Marcos Antônio Cruz de Araújo. – 2015.
110 f. : il.

Orientador: Virgínia Beatriz Baesse Abrahão. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) –
Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Grafite. 2. Letramento. 3. Análise do discurso. 4. Pixo. 5. Tag. I. Abrahão, Virginia Beatriz Baesse. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 80

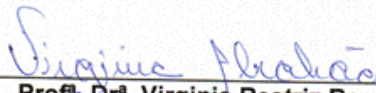
MARCOS ANTÔNIO CRUZ DE ARAÚJO

**"O DUALISMO GRAFITE VS PICHANÇA: ARTE GRAFITE,
TAGGING, PICHANÇA E PIXO".**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística do Centro de Ciências Humanas e Naturais, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Linguística.

Aprovada em 10 de julho de 2015.

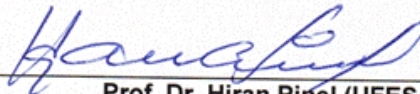
Comissão Examinadora:



Prof.ª. Dr.ª. Virginia Beatriz Baesse Abrahão (UFES)
Orientadora, Presidente da Sessão e da Comissão Examinadora



Prof. Dr. Luciano Novaes Vidon (UFES)
Membro Titular Interno da Comissão Examinadora



Prof. Dr. Hiran Pinel (UFES/PPGE)
Membro Titular Externo da Comissão Examinadora

AGRADECIMENTOS

“Kansha Shitê”

“Sinta Gratidão”

(Gokai, os Cinco Princípios do Reiki.)

Aos meus pais, irmãos e antepassados;

A minha esposa;

Aos meus amigos, mestres e professores.

“O discurso, desde o que ele é, forçosamente é um discurso sobre alguma coisa. É impossível que ele o seja sobre o nada.”

Platão, O Sofista.

RESUMO

Nesta pesquisa, buscamos explorar o grafite em sua discursividade e historicidade por meio do gênero discursivo *tag*, uma espécie de assinatura estilizada, tecendo uma análise de discurso sobre os enunciados concretos recolhidos como *corpus* na Grande Vitória-ES. Isso foi procedido com a finalidade de compreender *como* a sociedade brasileira constituiu o dualismo “grafite/ pichação” em sua Formação Discursiva. Serviram-nos de suporte teórico conceitos chave da Análise de Discurso (AD), como ideologia, sujeito, história e memória discursiva sempre em diálogo com a Linguística Aplicada (LA), em especial os estudos acerca do letramento, bem como a análise comparativa do par “ocupação/ invasão”. O cotejo da *tag* com os conceitos mencionados, ocorrido em concomitância com a pesquisa de campo (entrevistas e coleta de material textual do grafite capixaba), nos permitiu perceber como uma análise discursiva contrasta com o senso comum em torno do dualismo “grafite/ pichação” o qual materializa, no plano enunciativo, um conflito existente no plano ideológico. Na medida em que formulamos análises de um ponto de vista histórico e discursivo sobre o assunto, expusemos a perspectiva de movimentos sociais que praticam o grafite-*tagging* discordando da oposição entre esses dois termos.

Palavras-chave: Grafite, Pichação, *Tag*, Discurso, Ideologia, História.

ABSTRACT

With this research, we have sought to explore the discursivity and historicity of Graffiti by means of the discursive genre known as tag, which is a kind of stylized signature, weaving a discourse analysis over the concrete enunciations found and collected as corpus throughout the region of Grande Vitória – ES. This procedure has been brought forth with the purpose of understanding how Brazilian society has comprised the dicotomy “Grafite/Pichação” within its discursive formation. Key-words of Discourse Analysis (DA) such as ideology, subject, history and discursive memory have served us as theoretical support, as well as to compare it with a previous analysis about the occupation-invasion opposition. The relation of the tag genre with the concepts that were mentioned above - which took place along with the field research (interviews and gathering of textual material with the local graffiti scene) - have allowed us to discern how a discursive analysis differs from the common sense built around such a dicotomy, which materializes on the enunciation plan a conflict that exists on the ideological plan. Summarily, as we put through the lens of analysis a historical and discursive point of view about the subject, we have exposed the perspective from certain social movements that have graffiti-tagging as a practice, disagreeing from such an opposition between those two terms.

Key-words: *Graffiti, Pichação, Tag, Discourse, Ideology, History.*

RÉSUMÉ

Dans cette recherche, nous explorons le graffiti dans leur discoursivité et l'historicité à travers du genre discursif tag, une espèce de signature stylisée, en construisant une analyse du discours sur les états concrètes recueillies dans le corpus à Grande Vitória-ES. Cela a été réalisé dans le but de comprendre comment la société brésilienne a constitué le dualisme "grafite /pichação" dans sa formation discursif. Nous utilisons soutien théorique des concepts clés de l'analyse du discours (AD), comme ideologie, sujet, histoire et memoire discursif toujours em dialogue avec la linguistique apliqué (LA), en particulier les études sur la alphabetisation, ainsi que l'analyse comparative du paire "occupation/invasion". La comparaison de la tag avec les concepts mentionné, c'est arrivé en concomitance avec la recherche sur le terrain (entretiens et la collecte de matterielle textuel du graffit local), il nous a permis comprendre comme une analyse contraste avec les sens commun autour du dualisme "grafite/ pichação", qui se matérialise dans le plain de l'énonciation, un conflit existant idéologiquement. Alors que nous formulons l'analyse de un point de vue historique et discursif sur le sujet, nous expulsions la perspective des moviments sociales qui pratiquent le graffiti-tagging en désaccord avec la oppositions entre ces deux termes.

Mots-clés : Graffiti, Pichação, Tag, Discours, Ideologie, Histoire.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	19
Figura 02	19
Figura 03	20
Figura 04	31
Figura 05	40 e 63
Figura 06	40
Figura 07	41
Figura 08	41
Figura 09	42
Figura 10	42
Figura 11	43
Figura 12	43
Figura 13	44
Figura 14	44
Figura 15	45
Figura 16	46
Figura 17	47
Figura 18	48
Figura 19	50
Figura 20	51

Figura 21	52
Figura 22	52
Figura 23	53
Figura 24	53
Figura 25	54
Figura 26	55
Figura 27	56
Figura 28	58
Figura 29	59
Figura 30	60
Figura 31	60
Figura 32	61
Figura 33	62
Figura 34	64
Figura 35	65
Figura 36	68
Figura 37	69
Figura 38	69
Figura 39	70
Figura 40	70
Figura 41	71

Figura 42	72
Figura 43	72
Figura 44	74
Figura 45	75
Figura 46	75
Figura 47	76
Figura 48	76
Figura 49	77
Figura 50	78
Figura 51	78

LISTA DE QUADROS

Quadro 0134

Quadro 02.....97

Quadro 0399

Quadro 04102

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	14
2.	PROBLEMA	17
3.	TAG: DISCURSO E IDEOLOGIA.....	25
	3.1. APLICAÇÃO DA LINGUÍSTICA.....	25
	3.1.1. SIGNO E IDEOLOGIA; DISCURSO E SUJEITO.....	27
	3.2. LINGUÍSTICA APLICADA (LA).....	32
	3.3. GRAFITE COMO LETRAMENTO VISUAL E IDEOLÓGICO.....	37
	3.4. GRAFITE <i>LATO SENSU</i> E <i>STRICTO SENSU</i>	56
	3.5. A TAG COMO GÊNERO DISCURSIVO.....	62
	3.6. PICHANÇA E PIXO.....	66
4.	TAG: HISTÓRIA E MEMÓRIA DISCURSIVA	79
	4.1. TAG, PRODUÇÃO DE SENTIDO E HISTÓRIA.....	79
	4.2. O GRAFITE COMO ACONTECIMENTO HISTÓRICO.....	80
	4.3. HISTÓRIA TRADICIONAL E HISTÓRIA NOVA.....	83
	4.4. A NOÇÃO DE DOCUMENTO HISTÓRICO E A DENSIFICAÇÃO DA NARRATIVA.....	86
	4.5. TAG E MEMÓRIA DISCURSIVA: DISCURSO E IMPLÍCITO	88
	4.6. TAG E SIMULACRO.....	92
5.	CONCLUSÕES	96
6.	REFERÊNCIAS	104

1. INTRODUÇÃO

No presente trabalho, construímos uma exposição do movimento grafite capixaba a partir da análise discursiva da *tag*, um tipo estilizado de assinatura que figura como principal enunciado desta comunidade. Para efeito de análise no plano discursivo, utilizamos o referencial teórico da Análise de Discurso (AD), sempre em diálogo com a Linguística Aplicada (LA), em especial seus estudos de letramento, além das relações estabelecidas com outras disciplinas, como a História.

A AD nos instrumentalizará com seu arsenal teórico para que identifiquemos o *discurso* e o *sujeito* que enuncia através do grafite, ousando uma relação interdisciplinar com a teoria bakhtiniana e sua concepção de *signo* e de *refração* para problematizar acerca da constituição do sujeito/ enunciador na linguagem. Esse instrumento teórico nos permitirá analisar como as noções discursivas da AD apimentadas pelos conceitos aqui relevantes de Bakhtin/Voloshinov importam no que tange a sua aplicação sobre a *tag* e o entorno discursivo deste vocábulo com seus pares e no conjunto de palavras integrantes à formação discursiva a qual pertence.

A pesquisadora Ana Lúcia Silva Souza (2011) analisou o Hip-Hop, cultura urbana que é impregnada de ideologia e de estética e agrega linguagens como a poesia, o grafite, a música e a dança. Isso foi feito de uma perspectiva totalmente aplicada (baseando-se nos estudos de letramento), somada a uma perspectiva discursiva (adotando a teoria bakhtiniana para definir os sujeitos) e a uma pós-colonial (empregando os estudos a respeito da *diáspora negra*, de Stuart Hall); a obra foi orientada pela linguista aplicada brasileira Angela Kleiman. Esse trabalho nos servirá de modelo teórico-metodológico, pois se revela multidisciplinar e aplicado, nos permitindo compreender o fenômeno do Hip-Hop em sua complexidade.

A obra de Souza (2011) nos auxiliou a fazermos neste trabalho uma análise do grafite capixaba, tomando a *tag* como gênero discursivo de uma cultura de letramento situada no campo social do que chamamos de grafite *stricto sensu*. Para tanto, contamos com a LA, a fim de caracterizar o grafite-*tagging* (tipo de grafite em que importa a criação de *tags*) como cultura de letramento e também com os estudos de linguística discursiva, trazidos pela AD francesa, somada a uma problematização proporcionada pela teoria bakhtiniana, para analisar os aspectos ideológicos da *tag*.

Percebemos neste trabalho que a *tag*, tomada como gênero do discurso, desvela os elementos constituintes da Formação Discursiva e da Formação Ideológica dos sujeitos que enunciam. Conceitos como discurso e ideologia revelam-se à nossa pesquisa, à medida que reconhecemos o grafite-*tagging* como uma escola de letramento paralela ao letramento escolar regular. Isso se solidifica ao passo que percebemos como os sujeitos possuem um conjunto de saberes técnicos e políticos que fundamentam sua prática do grafite.

Considerando que o dizer é social, isto é, um fenômeno que, embora aparentemente aconteça num aparelho cerebral, se materializa na partilha de uma série de signos e valores culturais, técnicos e políticos, logo percebemos que a AD corrobora essa concepção, como podemos ver adiante:

O dizer não é propriedade particular. As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua. O que é dito em outro lugar também significa nas 'nossas' palavras. O sujeito diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele. (ORLANDI: 2003, p. 32)

Isso acontece, pois o sentido do discurso materializa-se em blocos ideológicos denominados *formação discursiva* (FD). As FD's proporcionam ao discurso configuração específica em suas relações, demarcando-o ideologicamente; ainda, é por ela que podemos perceber que palavras cujos significantes sejam iguais possuem sentidos diversos em formações discursivas diferentes, por exemplo a palavra "terra" que em seu processo de significação há de produzir sentidos diferentes quando enunciada por um homem urbano, por um indígena, por um pequeno agricultor, ou por um latifundiário.

A noção de formação discursiva, ainda que polêmica, é básica na análise de Discurso, pois permite compreender o processo de produção dos sentidos, a sua relação com a ideologia e também **dá ao analista a possibilidade de estabelecer regularidades no funcionamento do discurso.** (ORLANDI, 2003, p. 43 – grifos nossos).

É a partir dessas regularidades no funcionamento do discurso (aqui tomadas mais como *desregularidades*) que podemos perceber quais "visões de mundo" estão em torno dos axiomas e dos enunciados. Fiorin (2007) explica a FD em paralelo à *formação ideológica* (FI), dizendo que uma FI é um conjunto simbólico reverberado em concomitância à visão de mundo de uma determinada classe social, isto é, trata-se

das representações, das relações imaginárias e das ideias acerca do que seja o mundo.

Assim, tal como o pensamento se materializa e é materializado pela linguagem, uma FI se expressará através de uma FD a qual há de representar simbolicamente o que se possa/deva e também o que não possa/deva ser dito: seja no léxico, nas expressões, no *ethos* linguístico, etc. (FIORIN, 2007, p. 32). Essa ancoragem ideológica na visão de mundo da FI é que proporciona à FD uma estrutura que estabelece até mesmo o que pode e/ou deve ser dito, isto é, quais as regras do jogo que estabiliza o sujeito. Chamamos esse processo de *assujeitamento discursivo*.

A questão do assujeitamento é tratada por Fiorin como um aspecto particular de descentramento do sujeito que foi explicado pela expressão *trapaça discursiva* (FIORIN, 2007, p. 41-42). Essa “trapaça” se refere ao fato de que a *discursividade* possui dois estados: o *discurso*, sendo social, na esfera da natureza ideológica dos signos partilhados; e o *texto*, entendido como materialização do discurso, pertencente ao plano individual, estado no qual é permitido ao indivíduo organizar, selecionar e direcionar a discursividade de um enunciado, conforme suas expectativas idiossincráticas. Nesse momento de operar o discurso o sujeito acredita estar colaborando, estar enriquecendo o dizer com saberes seus, com influências individuais, mas esse é justamente quando mais se está submerso no âmbito social da linguagem, isto é, quando mais está assujeitado.

Dessa maneira é que a Formação Ideológica influencia nos ritos discursivos, já que, quando o sujeito enuncia, adota inconsciente e voluntariamente os papéis lexicais, corporais e discursivos da Formação Discursiva equivalente à qual ele se insere, embora persuadido de que seu texto é dotado de originalidade.

2. PROBLEMA

O trecho abaixo é transcrição fiel do texto que se encontra no *link* citado referente a um vídeo exibindo matéria veiculada no dia 18/02/2013, no estado do Espírito Santo.

Quem for pego em flagrante pichando em Vitória, Espírito Santo, vai ter que embolsar R\$ 3 mil em multa e ainda terá que limpar a sujeira deixada. A prefeitura do município gasta, por ano, R\$ 400 mil com a limpeza da cidade. **"Acho horrível, o governo gasta para dar o melhor ao povo e alguns jovens não sei por que saem pichando a cidade", reclama o engenheiro Paulo Tinelli.**

Para fiscalizar a ação dos pichadores, a administração municipal conta com a ajuda das câmeras de segurança. E qualquer coisa pode ser alvo dos pichadores, que arriscam a própria vida se aventurando em prédios altos. Abrigos de ônibus, lixeiras, orelhões, muros e até placas de sinalização são alvos em potencial. Nada escapa desse tipo de vandalismo. (In: <http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2013/02/multa-para-flagrante-de-pichacao-e-de-r-3-mil-em-vitoria.html> - grifo nosso)

Com essas palavras, inicia-se uma matéria do principal jornal televisivo da Grande Vitória, ES, filiado à Rede Globo de Televisão, ES TV – 1ª Edição (ao meio dia). Note-se o fato de que a atmosfera da reportagem oportuniza a fala do cidadão em destaque: “o governo gasta para dar o melhor ao povo” é a afirmativa sobre a qual cabe perguntar, será que algum brasileiro realmente concorda que nosso sistema governamental está engajado em “dar o melhor” para a população? Qual a relação entre os gastos do governo e a grafiteagem de imóveis, em sua maior parte, privados? Enfim, fica até difícil de acreditar, num país em que o senso comum adota bordões na mesma linha ideológica da afirmativa “todo político é ladrão”, que alguém tenha sido realmente tão *interpelado* pelo discurso contrário ao que pensa ser vandalismo, a ponto de bancar o princípio da boa vontade de nossos gestores internacionalmente famigerados pelos altos índices de corrupção na máquina pública.

No entanto, o mais impressionante se mostra ser o fato de que a matéria de 2min40 levou 2min30 rechaçando a pichação e os 10seg finais pedindo para não confundir a *pichação* com o *grafite*, pois o segundo termo seria uma manifestação artística e não um ato de vandalismo.

O melhor era aí que os pichadores encontrassem uma outra forma de dizer o que pensam. E é bom não confundir pichação com grafite que é um tipo de arte, feito sempre com autorização dos proprietários que pode até embelezar, ao invés de sujar; **mas grafite não é pichação.** (In: <http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2013/02/multa-para->

[flagrante-de-pichacao-e-de-r-3-mil-em-vitoria.html](#) - Vídeo: 2min24 - 2min40 – Grifos nossos)

Esse exemplo evidencia como, no cenário brasileiro, o campo discursivo do grafite-*tagging* é determinado pelo par semântico formado com os vocábulos *grafite* e *pichação*. O grafite, no nosso país, é considerado como uma arte legal – tal qual a do *designer*, do estilista ou do pintor de placas ou fachadas, sendo, pois, a profissão do *grafiteiro*, leia-se: de galeria ou sob contratação; e a pichação, sendo ilegal, considerada um crime, um ato de vandalismo, tal qual o grafite-*tagging* nova-iorquino subalternizado, promovido pelas gangues de rua, no início da segunda metade do séc. XX.

A esse respeito, Souza (2011, p. 76 – 77) afirma que a palavra grafite é bipolarizada com o termo pichação pelo fato de que a chegada da profissão do grafiteiro de galeria com influência da cultura norte-americana foi ocupada em sua maior parte por grafiteiros brancos e de classe média, ao passo que os grafiteiros/pichadores, pobres e geralmente negros, sofrem forte perseguição por parte dos órgãos do Estado burguês, sendo acusados de crimes que se caracterizam desde ambientais até contra o patrimônio público e/ou privado, de modo que, sendo pegos em flagrante, respondem a processo e podem ser detidos, geralmente, em caso de reincidência.

Esse quadro no qual a pichação é colocada em oposição ao grafite tem grande entrada no imaginário brasileiro e apoio irrestrito da mídia. A caçada ao vandalismo pensado como furo de reportagem empobrece o tema e perpetua, no senso comum brasileiro, um dualismo (grafite VS pichação) inexistente nos movimentos *street art*, *Hip-Hop* e *Pixo*, uma vez que para esses grupos não há diferença entre grafite e pichação, pois ambas as formas são consideradas pares iguais de um mesmo movimento estético-expressivo, isto é, são gêneros textuais/ discursivos diferentes de uma mesma escola de letramento cultural, estético e político denominada grafite-*tagging*.

Isso, inclusive, fica provado se percebemos como dividem o mesmo espaço físico da cidade essas duas modalidades do grafite brasileiro, de forma relativamente harmônica. Como pode ser percebido nas Figuras 1 e 2, *tags*, assinaturas estilizadas, – sejam elas de estilo próximo do *graffiti* (grafite) americano e das galerias (figura 1), sejam elas no estilo “pichação” (figura 2: de traço simples, geralmente com uma só

cor) – dividem o mesmo espaço e compõem o mesmo cenário discursivo numa mesma rua:



Figura 1: Tags na Rua do Rosário, Centro de Vitória. Lado esquerdo. 2013.

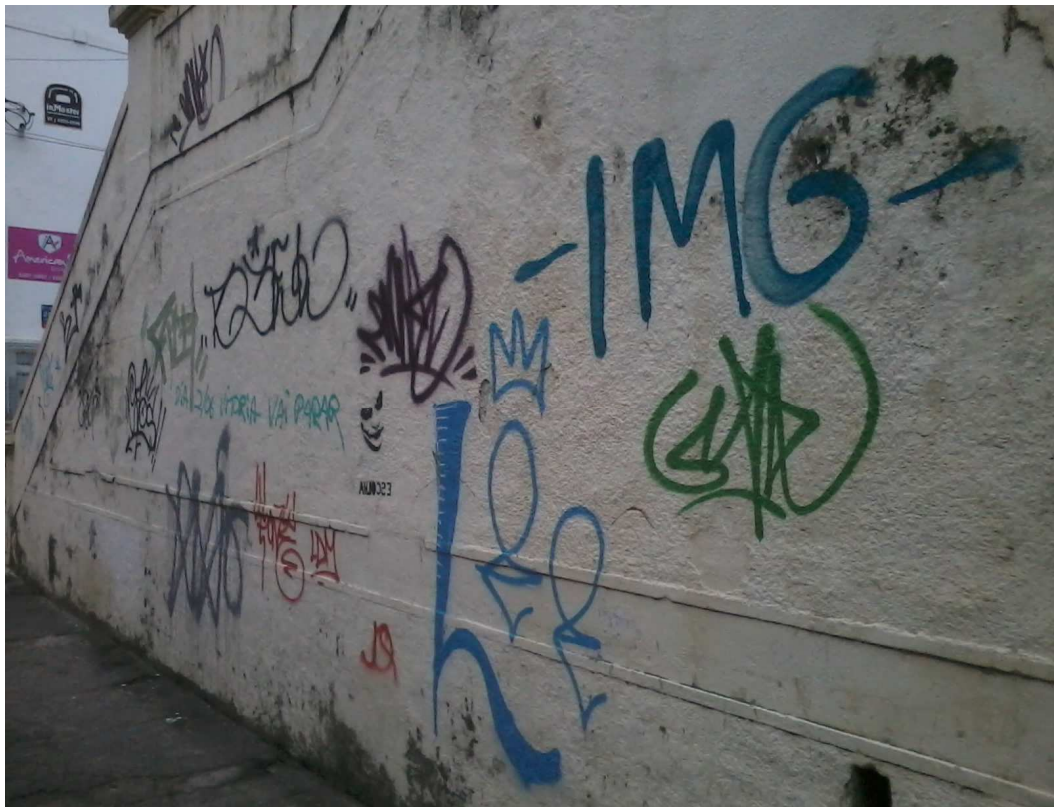


Figura 2: Tags na Rua do Rosário, Centro de Vitória. Lado direito. 2013.

Assim, podemos perceber várias *tags* (assinaturas estilizadas) de diversos grafiteiros e de *crews* (em inglês: tripulação, designa grupos de grafiteiros) colorindo a parede de concreto originalmente cinza. São *tags* feitas seja com *spray* monocromático, ou outros materiais (como na figura 2); seja com *sprays* em formas *Throw Up* (tipo de desenhos cubista, com letras “gordinhas”, geralmente muito coloridas, como se pode encontrar na Figura 1).

Enfim, quase todas as intervenções são *tags*, mas o grau de complexidade e acabamento – sobretudo no que se refere ao uso de recursos de pintura, geralmente mais caros – não diferencia nem hierarquiza o espaço onde uma série de intervenções se instala, configurando uma espécie de mosaico urbano, como podemos ver na Figura 3, em que “pichação”, grafite-*tagging* e o grafite muralista aparecem lado a lado.



Figura 3: Pichações (*tags*) e grafiteagem (mural), lado a lado. Posto de combustível em reforma, Av. Fernando Ferrari. Em frente à UFES. 2014.

Diante da situação apresentada, cabe-nos a pergunta: por que a sociedade brasileira necessita de duas palavras para dizer *graffiti*? Como ela utiliza essas duas palavras? Quais são os aspectos ideológico-discursivos dessa dicotomia? Quais as suas relações com as estruturas sociais circunscritas no espaço-tempo? Qual a sua relevância enquanto posicionamento discursivo?

Ou ainda, qual o papel da *tag* nesse contexto de letramento, já que se trata do principal texto (materialização do discurso) dessa escola de letramento? O que nos diz esse texto? Não seria um antitexto, então como compreender o incompreensível? Será mesmo ilegível, ou é o saber da educação regular que não nos instrumentaliza para lê-lo? Qual a gravidade do vandalismo e quais os limites para puni-lo?

Por isso nosso objetivo é demonstrar como o dualismo grafite VS pichação é sistematizado para silenciar uma formação discursiva complexa referente aos grafites na qual aparecem termos como grafite, *tagging*, pichação e pixo. Essa exposição vai se materializando ao passo que vamos procedendo a *análise de discurso* da *tag*, assinatura estilizada.

Para responder a essas questões relevantes adotaremos a perspectiva da AD no que tange seu interesse pelo modo de funcionamento da linguagem, isto é, *como* o sujeito se inscreve na ideologia por meio do discurso e vice versa.

Diferentemente da análise de conteúdo, a Análise de Discurso considera que a linguagem não é transparente. Desse modo ela não procura atravessar o texto para encontrar um sentido do outro lado. A questão que ela coloca é: como este texto significa? Há aí um saber, já prenunciado pelos formalistas russos, onde a questão a ser respondida não é “o quê”, mas o “como”. Para responder, ela não trabalha com textos apenas como ilustração ou como documento de algo que já está sabido em outro lugar e que o texto exemplifica. (ORLANDI, 2003, pp. 17-18)

Uma assertiva nos orientará a respeito da relevância desta pesquisa: a cristalização de dois vocábulos bipolarizados pelas forças sociais para referir-se ao mesmo gênero discursivo, a *tag*, a qual aparece referenciada seja como arte grafite, seja como pichação (depredação, vandalismo), conforme o grau de complexidade técnica que apresenta em sua composição e também conforme seu status social.

A respeito do dualismo entre os termos grafite e pichação, podemos citar que Bakhtin é um dos autores a aceitar a possibilidade de haver conteúdos discursivos a serem analisados mesmo em unidades enunciativas menores da língua, como os vocábulos:

As relações dialógicas são possíveis não apenas entre enunciações integrais (relativamente), mas o enfoque dialógico é possível a qualquer parte significante do enunciado, inclusive uma palavra isolada, caso essa não se-

ja interpretada como palavra impessoal da língua, mas como signo da posição semântica do outro, ou seja, se ouvimos nela a voz do outro. (BAKH-TIN, 2010, p. 210)

Além disso, esse tipo de dualismo discursivo-lexical não é novidade na língua portuguesa do Brasil, se recordamos a dicotomização evidenciada pelo par *ocupação/ invasão*, no campo discursivo das políticas públicas para a gestão e distribuição da propriedade de terra no país. Tal como o par *grafite/pichação*, essas duas palavras são colocadas em lados opostos pelas forças sociais e ideológicas vivas no sistema sociopolítico brasileiro. De um lado os movimentos sociais e órgãos de imprensa que têm na *ocupação* uma estratégia de luta e politização, tais como o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, o MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto, o jornal Opinião Socialista, a revista Caros Amigos, o jornal Brasil de Fato, etc. e, do outro, os movimentos sociais e os órgãos de imprensa que adotam o nome *invasão* e acusam os primeiros, os quais se utilizam dessa estratégia de desobediência social sob a pejorativa de crime contra a propriedade e adotam o nome de *invasão*, como a UDR – União Democrática Ruralista, bancada evangélica, a revista Veja, a Rede Globo de Televisão, outras emissoras e jornais, etc.

Por esse exemplo, percebemos como um simples par de vocábulos, se tomados uma visada discursiva, podem fazer emergir uma série de elementos propostos discursivamente, tais como o posicionamento ideológico do sujeito, sua formação discursiva, sua memória discursiva, etc.

Sendo assim, a maneira mais apropriada de responder com instrumentos discursivos às perguntas criadas em torno do problema da existência da dicotomia grafite/pichação (*como a sociedade brasileira utiliza duas palavras para dizer graffiti?*) é a análise da *tag* e de sua relação com conceitos semântico-discursivos relacionados, ou seja, entender quais são seus elementos constituintes em categorias discursivas, tais quais as instituições que veiculam um ou outro termo, o sujeito, o discurso, a memória discursiva, a Ideologia, a Formação Discursiva (FD), a História e o Simulacro em torno desse par.

A justificativa para o estudo do grafite como campo social e escola de letramento e, nesse contexto, o da *tag* como textualidade, isto é, como materialidade do discurso,

é a consciência de que esta dissertação amplia os horizontes intelectuais acerca do assunto e propõe discussões relevantes à Linguística Aplicada, à Linguística Geral e às diversas áreas relacionadas à linguagem, como a sociologia, a psicanálise, a psicologia, as artes, a filosofia, a história, etc.

A discussão aqui proposta expandirá o leque das contribuições para o assunto, visto que há pouca produção acerca do tema, de uma perspectiva linguística e aplicada, pelo fato de que a pequena produção voltada para o grafite é oriunda de diversas outras perspectivas, como a das artes, da sociologia, da arquitetura, etc., ou seja, a produção acadêmica que analisa o grafite, além de pequena, é fracionada entre as diferentes áreas das ciências humanas, o que torna ainda mais enriquecedor uma visão discursiva e aplicada do objeto em foco.

Pela trajetória de nossa pesquisa, entendemos que o instrumental teórico, ora apresentado e aqui reafirmado, adequa-se melhor a uma análise orientada por uma metodologia *qualitativa* do processo de pesquisa, isto é, caracterizada pela qualificação dos dados coletados durante a análise do problema. Isso ocorre a despeito da opção por uma metodologia *quantitativa*, que seria o uso de instrumental estatístico e de dados numéricos, por exemplo, para defendermos nossa posição científica. De acordo com Vergara (2000), que classifica a pesquisa quanto aos fins e quanto aos meios, a presente pesquisa possui o fim exploratório e descritivo, por meio de pesquisa de campo através de entrevistas e análise de *corpus*.

Nosso trabalho é constituído pelos estudos da linguística discursiva (AD e estudos bakhtinianos) em concomitância com o conceito de letramento ora desenvolvido pelas contribuições de Soares (2010) e Kleiman (1995). Essas teorias, de nossa perspectiva, se completam com as contribuições a respeito da História como disciplina científica, seu funcionamento, suas finalidades e suas potencialidades descritivas.

A principal meta para esse aparelho teórico-discursivo é analisar como o par *grafite/pichação* é consagrado pelo senso comum brasileiro e reafirmado pela imprensa (como já exemplificado), na medida em que se trata apenas da ponta de um iceberg de nomenclaturas em uma formação discursiva dada.

Falando paralelamente do par *ocupação/ invasão*, o pesquisador Cleudemar Fernandes fez as seguintes considerações acerca do sujeito discursivo, evidenciado pelo dualismo proposto no plano semântico-discursivo:

Compreender o sujeito discursivo requer compreender quais são as vozes sociais que se fazem presentes em sua voz. Isto posto, se retomarmos o emprego de *invasão* e *ocupação*, conforme já expusemos, temos, pela escolha lexical, a revelação da inscrição socioideológica do sujeito enunciador. Ao utilizar *ocupação*, por exemplo, o sujeito integra, como partícipe, um conjunto de sujeitos cuja natureza ideológica revela-o como solidário ao movimento dos Sem-Terra, se não um de seus integrantes. Esses sujeitos se opõem ideologicamente a um outro conjunto de sujeitos dispersos no âmbito social, contrários a esses movimentos, que utilizariam o lexema *invasão*. (FERNANDES: 2008, p. 26)

Do mesmo modo que ele, pretendemos enxergar quais são os grupos e as instituições que optam por um ou outro vocábulo. É na *tag*, enquanto gênero do discurso, que estão as pistas para encontrar a relação do enunciado concreto com os aspectos discursivos os quais ele materializa, uma vez que o texto é a materialidade do discurso. Isso nos enriquecerá na medida em que fornecerá elementos para preencher as lacunas silenciadas que não nos permitem compreender os jogos de poder na tensão desse par. Enfim, tomando a responsabilidade de responder a estas perguntas, cujo problema possui o núcleo situado na raiz da linguagem é que nos instrumentalizamos da LA e da AD, bem como da História.

A ordem cronológica desta pesquisa é a seguinte: primeiramente, reunimos dados a partir de entrevistas aqui definidas como Entrevista 1 (E1): concedida pelos grafiteiros capixabas Voodoo e Fredone à Rádio Universitária, Programa Tardes Infinitas, dia 22/02/2013 (em resposta à matéria da TV Gazeta no dia 18/02/2013), tempo: 53min; Entrevista 2 (E2): promovida por esta pesquisa com três pichadores (grafiteiros) capixabas: Beicon, Zed ou Azedo e Le FeMe, aos 30/03/2013, tempo: 60min11; e Entrevista 3 (E3): grafiteiros Baby, Miq e Jeana, aos 12/11/2013, tempo: 14min45. (todas disponíveis no blog criado para fins desta pesquisa: <http://grafitecapixaba.blogspot.com.br/>). Tudo isso concomitante à coleta de *tags* nas cidades de Vila Velha, Vitória e Serra-ES.

Em segundo lugar, com a coleta de material textual executada, selecionamos os exemplos a serem analisados e elaboramos o texto que os relacione com os principais conceitos discursivos das teorias ora adotadas: AD, LA e História. Concluídas

essas duas etapas – e na verdade em concomitância à segunda parte – é que os materiais foram submetidos à análise com base nas teorias que fundamentam a pesquisa, como já afirmamos, de acordo com uma leitura cuja abordagem seja *qualitativa*.

3. TAG, DISCURSO E IDEOLOGIA

Neste capítulo, cabe-nos apresentar as teorias até aqui mencionadas de modo que se estabeleça o enquadramento entre o objeto da pesquisa e as lentes teóricas apresentadas para enxergá-lo.

Para dar continuidade à execução da tarefa proposta neste trabalho, é mister explicar acerca da Linguística (cada vez mais sendo chamada de Linguística Geral no meio dos linguistas aplicados) em tensão com a Linguística Aplicada (LA), seus limites e suas fronteiras, sua história e sua atualidade.

Para isso confrontaremos algumas visões que nos permitirão perceber como o desenvolvimento histórico da LA se deu em relação paralela ao modo como foi encaixada na síntese de um quadro comparativo entre a Linguística e seu desenvolvimento e a LA e seu desenvolvimento.

3.1. A CONTRIBUIÇÃO DA LINGUÍSTICA DISCURSIVA EM PROBLEMAS APLICADOS

Alguns trabalhos desenvolvidos no cenário da linguística visam a extrapolar as limitações teóricas desta disciplina tornando-a prática, isto é, aplicada. Para citar um exemplo deste tipo de trabalho temos os trabalhos da pesquisadora brasileira Ingedore Villaça Koch intitulados *Linguística aplicada ao português: morfologia* (2002) e *Linguística aplicada ao português: sintaxe* (2009) em que sua grandiosa pesquisa acerca do texto e do discurso, escrito e oral, em especial sua contribuição para o desenvolvimento da Linguística do Texto brasileira, serviram de sustentação teórica a uma pesquisa aplicada.

No entanto, a Linguística Aplicada (LA) não é necessariamente a aplicação da linguística, ou seja, não se trata da linguística aplicada **a** ou nem mesmo aplicada **sobre** algum objeto. A respeito dessa questão, temos a seguinte afirmativa:

A literatura especializada frequentemente emprega uma definição operacional de linguística aplicada: a linguística aplicada é uma abordagem multidisciplinar para a solução de problemas associados à linguagem. (...) Para cumprir seu objetivo ela se fundamenta primeiramente, mas não exclusiva-

mente, na linguística, já que esta é a disciplina que fornece informações que tratam exclusivamente da linguagem. (MARTELOTTA: 2010, p. 27)

A LA se pretende como uma disciplina autônoma multidisciplinar. Martelotta, assim como Almeida Filho (2011), apreciam a linguística como principal disciplina de contato com a LA, mas isso não é uma unanimidade, como veremos no tópico posterior.

A linguística, disciplina das ciências naturais, desenvolvida no século XIX (PAVEAU & SARFATI: 2006, p. 09-42) de base positivista, evolucionista e naturalista, inspirada pelos trabalhos de W. Jones (1746-1794), ganhou outro recorte a partir do séc. XX com a publicação da obra atribuída a Saussure (1857-1913) e seu modelo descritivista e empirista, divulgado postumamente no Curso de Linguística Geral (CLG). Nos anos de 1907, 1908 e 1910, Saussure deu três cursos na Universidade de Genebra e das anotações de seus alunos é que esta obra foi desenvolvida. Cabe ressaltar que o CLG (1993) foi uma mudança de paradigma que desviou o curso da linguística enquanto ciência, sobretudo a respeito de sua ruptura com o modelo positivista evolucionista. (PAVEAU & SARFATI: 2006, p. 63)

A esta linguística estruturalista do séc. XX, tributamos o status de ciência ou de disciplina científica, outorgado pelo pensamento ocidental à Linguística. A partir dela, a linguística conseguiu se desenvolver no meio científico, bem como se relacionar com as demais ciências e a filosofia, até chegar ao quadro atual, tal como pensado pelas três compreensões científicas da língua, ou três gramáticas gerais que compõem a linguística, sejam elas: a *gramática estrutural*, de base saussureana, possui um método descritivo e indutivo filiado a uma filosofia empirista; a *gramática gerativa*, de base chomskyana, que apresenta uma metodologia dedutiva e universalista na perspectiva de uma filosofia racionalista e inatista; e a *gramática cognitivo-funcional*, que promove a síntese entre as concepções racionalista e empirista, e seu método abdução-analógico propõe que não tentemos delimitar o que é biológico do que é cultural, porque isso não é frutífero no que tange a compreender o funcionamento da linguagem. (MARTELOTTA: 2010, p. 43-68).

Muitos são os teóricos que poderíamos citar como representantes das diversas escolas da linguística, tais como os estudos das teorias enunciativas de Benveniste ou

Ducrot, além das teorias pragmáticas em diálogo com a filosofia da linguagem de Wittgenstein, Russel ou, novamente, Ducrot. Todavia, citaremos apenas as correntes das linguísticas discursivas que tocam este trabalho e serão retomadas adiante, no âmbito da Análise de Discurso (AD).

3.1.1. SIGNO E IDEOLOGIA; DISCURSO E SUJEITO

Por ora, apresentaremos os autores Bakhtin/Volochinov e Pêcheux/Orlandi, bem como seus conceitos que tocarão nosso trabalho. Os primeiros autores defendem que o conceito de *signo* é a própria capacidade humana de se expressar através de línguas naturais e manifesta-se, sobretudo, com a constituição disso que chamou de “discurso interior”.

Há uma outra propriedade da palavra que é da maior importância e que a torna o primeiro meio da consciência individual. Embora a realidade da palavra, como a de qualquer signo, resulte do consenso entre os indivíduos, uma palavra é, ao mesmo tempo, produzida pelos próprios meios do organismo individual, sem nenhum recurso a uma aparelhagem qualquer ou a alguma outra espécie de material extracorporal. Isso determinou o papel da palavra como *material semiótico da vida interior, da consciência* (discurso interior). Na verdade, a consciência não poderia se desenvolver se não dispusesse de um material flexível, veiculável pelo corpo. E a palavra constitui exatamente esse tipo de material. A palavra é, por assim dizer, utilizável como signo interior; pode funcionar como signo sem expressão externa. Por isso, o problema da consciência individual como problema da *palavra interior*, em geral constitui um dos problemas fundamentais da filosofia da linguagem. (BAKHTIN, 2006, p. 37 – grifo no original)

Esta capacidade se desenvolve na medida em que o sujeito se inscreve na ideologia para utilizar o discurso num processo ambivalente de *reflexão* e de *refração* do sentido no qual se produzem os enunciados concretos de uma tensão entre a interpelação e a constituição do sujeito pela ideologia.

Um signo não existe apenas como parte de uma realidade; ele também reflete e refrata uma outra. Ele pode distorcer essa realidade, ser-lhe fiel, ou apreendê-la de um ponto de vista específico, etc. Todo signo está sujeito aos critérios de avaliação ideológica (isto é, se é verdadeiro, falso, correto, justificado, bom, etc.). O domínio do ideológico coincide com o domínio dos signos: são mutuamente correspondentes. Ali onde o signo se encontra, encontra-se também o ideológico. *Tudo que é ideológico possui um valor semiótico.* (BAKHTIN, 2006, p. 32 – 33 – grifo no original)

Pêcheux, por sua vez, inaugura uma corrente da AD que define o discurso como efeito de sentido entre locutores, que também são sujeitos interpelados pela ideologia para se dizer.

Prosseguindo, pois, a apresentação dos conceitos que a AD traz a este trabalho, é mister que seja definido o conceito de discurso que há de guiar este trabalho. Adotando o proposto pela pesquisadora Orlandi (2003) que segue a abordagem pêcheutiana e cujo postulado é de que “o discurso é efeito de sentido entre locutores” (ORLANDI: 2003, p. 21), diferenciando-se do que chama de “esquema elementar da comunicação” (ORLANDI: 2003, p. 20).

Para entender o discurso tal como definido, será preciso entender que, para a Análise de Discurso (AD), a *ideologia* é um aspecto fundante. Segundo Orlandi, “produzir evidências, colocando o homem na sua relação imaginária com suas condições de existência” (2003, p. 46) é o trabalho da *ideologia*. Pela *ideologia*, o *indivíduo* (a pessoa enquanto ser humano) é interpelado em *sujeito* para que se produza o *discurso* na esfera social, esse processo se chama *assujeitamento*, que torna o dizer um fato social e não individual.

O dizer não é propriedade particular. As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua. O que é dito em outro lugar também significa nas ‘nossas’ palavras. O sujeito diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele. (ORLANDI: 2003, p. 32)

Considerando a escola de Bakhtin, havemos de encontrar notáveis semelhanças, entre a concepção social do assujeitamento e do discurso para a Análise de Discurso e o que Bakhtin (2006) chamou de *signo*. O conceito de *signo* em Bakhtin difere contundentemente do conceito de signo estruturalista. Nesta teoria, o *signo* é o próprio constituidor do *sujeito*, pois é pelo caráter significador do *signo* (da *palavra*) que a própria dimensão social humana se desenvolve no interior do *sujeito*, o qual raciocina com o *signo*, isto é, a palavra, a capacidade de comunicar-se de todas as pessoas, enfim, a rede semiótica mais decisiva para qualquer pessoa: o *discurso interior* (BAKHTIN, 2006, p. 53).

A respeito do discurso interior, Bakhtin aproxima sua concepção de *signo* ao conceito de *resposta verbalizada* desenvolvido pelos estudos da psicologia behaviorista,

segundo os quais a linguagem verbal é um complexo que constitui o discurso interior por três principais componentes: *o fenômeno físico do aparelho sonoro* (que deve ser revisado, se considerarmos que nas Línguas de Sinais a comunidade surda desenvolve uma sintaxe totalmente espaço-visual), *o processo fisiológico que atravessa todo o sistema nervoso* (as sinapses, por exemplo) e, por fim, *a resposta verbalizada* que se trata de um componente sociológico da formação do discurso interior por meio do contato social e da interação compreendida na perspectiva behaviorista de estímulo-resposta (BAKHTIN, 2004, p. 17).

Bakhtin critica o conceito de *signo* estruturalista composto por *significante* (Se) e *significado* (So), porque entende que esse conceito de signo está carregado de *sinalidade*. Isto é, diferente do *signo*, para Bakhtin, a *sinalidade* é a atitude cognitiva de se relacionar um *sinal* a um *referente*, mesmo que esse referente seja um *conceito*, isto é, um So (BAKHTIN: 2006, p. 97). Isso quer dizer que o *signo*, como pensado numa teoria marxista da linguagem, está na própria constituição ideológica do sujeito.

Sendo assim, o *signo*, como concebido por Bakhtin, está incisivamente relacionado com a *ideologia*. O próprio dizer humano, que é a construção simbólica do mundo, ou seja, a constituição de *relações imaginárias* como define Orlandi (2003), é afetado pela *ideologia*.

Desse afetamento decorre um fenômeno complexo acerca do *signo*: a *refração*, que se diferencia da *reflexão* do So no Se tal como ocorre no signo saussureano. Na *refração* o *signo* distorce o *sentido* para estabelecer relações de interesses ideológicos. Ele não apenas reflete e ou diz a realidade, ele também a refrata, a distorce, constituindo a *cultura* do *sujeito* por meio do *discurso*, isto é, o *signo* não é apenas um *reflexo* da realidade, mas, pelo processo de *refração*, torna-se um fragmento material dessa realidade (BAKHTIN, 2006, p. 33).

Retomando, então, o conceito de *discurso* para Orlandi, exposto no início deste item, temos o discurso, esse *efeito de sentido entre locutores*, sendo realizado de maneira indissociável do *signo* como o pensou Bakhtin, pois a própria constituição do *sujeito* é na/pela *ideologia*, ou seja, pelo que a AD chamou de *assujeitamento* é que podemos pensar num elo entre o círculo de Bakhtin e a AD de influência francesa. Mesmo cientes de que a AD apresenta uma leitura mais “pessimista” do *assujeitamento*

em relação ao *signo* bakhtiniano, visão essa que se manifesta no conceito de *trapaça discursiva*, de Fiorin (2007), no qual a idiossincrasia parece reduzida a um mero joguete da estrutura discursiva, é que podemos observar também a pressuposição de que há um grau de construção da subjetividade em que o sujeito se presta a assinar o discurso, tomando-o e acreditando-o como se fosse completa e originalmente seu.

O conceito de *assujeitamento* não ignora outros aspectos constituidores do *sujeito* ou do *indivíduo*, mas circunscreve sua teoria nos limites da *ideologia*. Desse modo, a *ideologia* não é entendida como ocultação do *indivíduo*, mas como “função necessária entre linguagem e mundo” (ORLANDI: 2003, p. 46) pela qual é possível a interação interindividual e social.

De todo modo, com a AD de Orlandi e com Bakhtin, temos bem fixados os conceitos de *discurso*, como efeito de sentido entre locutores, e o de *sujeito*, como indivíduo *interpelado/ constituidor* pela/ na *ideologia*. Qualquer crise de integração dos dois processos de compreensão teórica constituídos ficam aqui entendidos do seguinte modo: a perspectiva do *assujeitamento* como aquela que aponta a metade vazia do copo, ao passo que o *signo* pensado pelo círculo de Bakhtin valorizando sua parte cheia.

Assim, cabe-nos responder quem é esse sujeito social que reproduz o discurso do movimento grafite-*tagging*. Esse sujeito é representado por múltiplos indivíduos de diversas classes sociais, tanto ativistas de origem periférica, quanto universitários de classe média o compõem. Na verdade, esses sujeitos coincidem, numa perspectiva epistemológica. Trata-se de um sujeito subversivo que apresenta um discurso anti-ordem e que pretende trazer à tona aquilo que permanece silenciado pela sociedade brasileira.

Para exemplificar os conflitos discursivo-ideológicos mencionados acima, a análise seguinte nos servirá. A figura abaixo representa de forma intrigante um conflito social em que um grafite aponta para um tabu, mas no próprio grafite, outro sujeito ataca o

discurso original, aqui um conflito de dois sujeitos diferentes defensores de dois discursos diferentes emerge:



Figura 4: Grafite assinado por uma *tag* e posteriormente alterado. Jardim da Penha, Vitória-ES. 2013.

Nesta figura, um sujeito, autoidentificado pela *tag* TZØ, teria inserido o enunciado “Jesus não voltará” em intertextualidade como a afirmação apocalíptica “Jesus voltará” a qual é muito comum no cenário do grafite *lato sensu* brasileiro. Porém, o advérbio de negação é apagado de forma clandestina por outro sujeito que se sente incomodado com a negativa.

Mas como podemos afirmar tão categoricamente que esses sujeitos se opõem? Como podemos dizer que escolher discursos opostos trata-se de escolher posicionamentos discursivo-ideológicos opostos? As respostas para essas perguntas estão na natureza social do *signo* e na forma como é partilhado nas formações ideológicas e discursivas dos sujeitos.

Para entendermos melhor este caso, partimos do conceito de Bakhtiniano de *signo* em que a linguagem é entendida de uma perspectiva ideológica na qual o *signo* e a *ideologia* encontram-se amalgamados. Sendo assim, as escolhas enunciativas significam localizações no plano sócio-histórico, ou seja, pode-se afirmar que a opção

pela afirmativa “Jesus não voltará” se trata de uma evidente provocação à afirmação “Jesus voltará”, muito enfatizada por grupos religiosos no Brasil, além de cuja presença ser muito comum tanto nas falas pessoais da média geral dos brasileiros, quanto nos jargões textualizados pelo grafite capixaba e brasileiro.

Em encontros pontuais de algumas atividades do movimento grafite capixaba tivemos a oportunidade de identificar como os sujeitos do movimento grafite-*tagging* nacional têm consciência da presença do enunciado concreto “Jesus voltará” no grafite *lato sensu* brasileiro, isto é, esse grafite faz parte da *memória discursiva* do grafite brasileiro. Essa afirmativa pôde ser construída a partir de um sem número de vezes que grafiteiros ironizam a situação, afirmando que o maior *tagueiro* (isto é, grafiteiro que imprime uma *tag*) do Brasil é Jesus Cristo, dada a enorme quantidade de exemplares e a imensa difusão do grafite “Jesus voltará”.

Sendo assim, quando *TZ^φ* imprimiu a afirmação contrária à volta apocalíptica de Jesus, esse sujeito projetou sua diferenciação no plano ideológico. Essa espécie de paródia antonímica não só diz que Jesus não voltaria, desacreditando uma profissão de fé, mas também que ele se opõe ideologicamente ao modo de vida e de produção que é sustentado pelo trabalho de sujeitos que creem numa volta apocalíptica.

Ou seja, ao optar pelo uso do *signo* “Jesus não voltará” ao invés do famoso “Jesus voltará”, de acordo com o que vimos acumulando teoricamente, esse sujeito quer dizer algo mais que apenas o sentido denotativo desse enunciado, pois ao materializar o discurso contrário ao discurso da vinda de Jesus materializa também o não-ser do discurso de origem, isto é, o avesso semântico-ideológico do texto de origem, valores contrários a ele, compreensões de mundo adversas, etc., ao passo que o sujeito que apagou o advérbio de negação pretendeu “corrigir” a concepção negativa, filiando-se à tal profecia.

3.2. LINGÜÍSTICA APLICADA (LA)

A LA se constituiu como disciplina em meados dos anos 1950, a partir da ânsia dos professores americanos em aperfeiçoar o ensino de língua inglesa, em especial co-

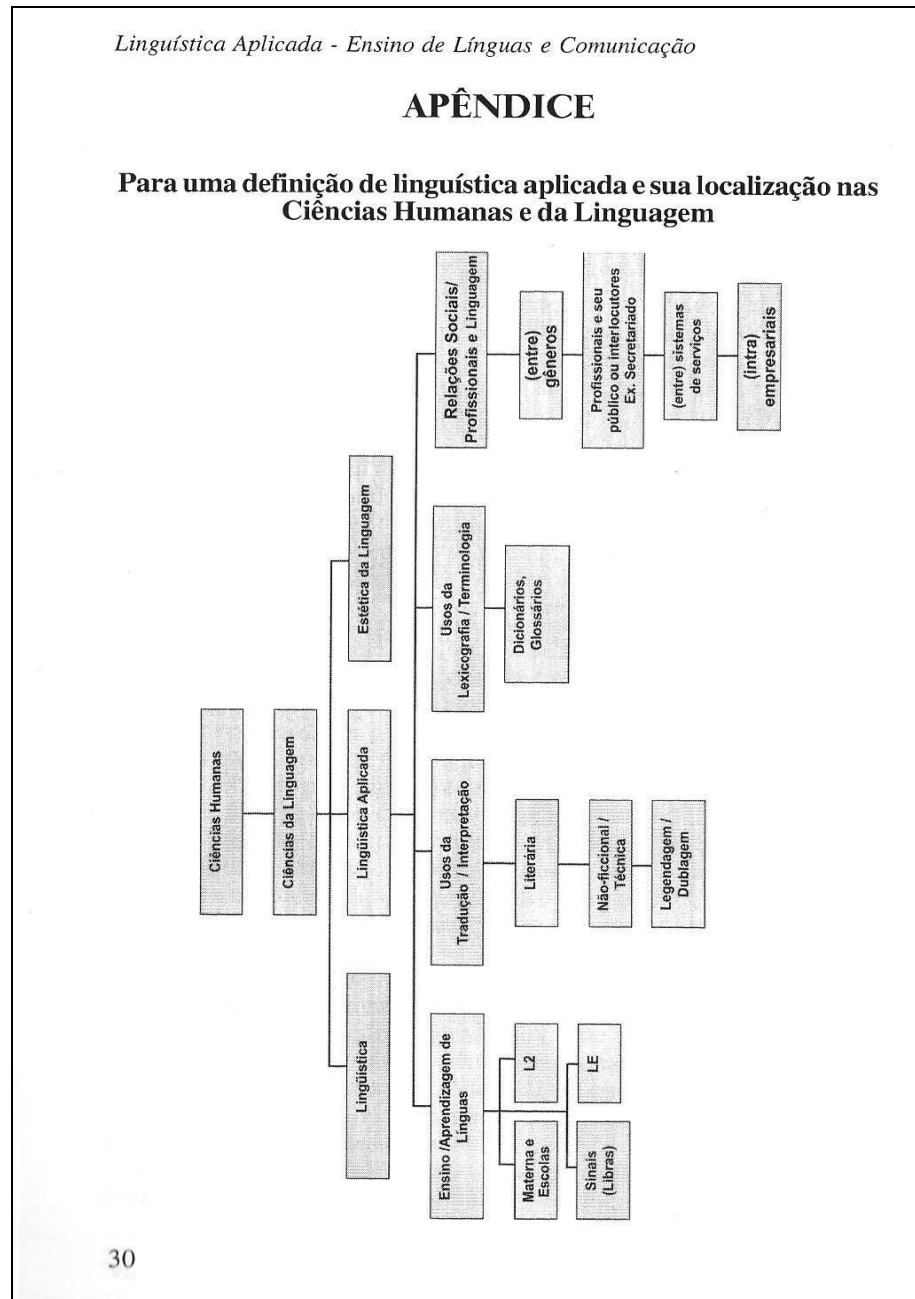
mo Língua Estrangeira (LE). Para isso, contaram a princípio com a pesquisa linguística formalista, sobretudo o estruturalismo fortemente influenciado pela obra americana de Leonard Bloomfield, associada à psicologia behaviorista com a psicologia construtivista (BROWN: 2007, p. 09-22) e, mais tarde, com os trabalhos do gerativismo de Noam Chomsky. Essas influências se devem, sobretudo, ao fato do surgimento da LA ter se dado em território anglo-americano, onde, na ocasião, essas três teorias dominavam no que tange ao estudo da linguagem humana.

O linguista aplicado José Carlos Paes de Almeida Filho, postula que podemos “tomar a LA como científica na medida em que definiu seu objeto de pesquisa, nomenclatura e procedimentos explícitos e próprios de pesquisa” (ALMEIDA FILHO: 2011, p. 23). Além disso, a respeito do que se poderia estabelecer como uma generalização entre os diversos programas de LA do mundo, afirma que “é possível generalizarmos que estes pesquisadores estão interessados, num plano maior, numa LA que seja capaz de explicar e otimizar as relações humanas através do uso da linguagem” (ALMEIDA FILHO: 2011, p. 23), isto é, segundo Almeida Filho, os linguistas aplicados, por mais que sejam heterogêneas suas pesquisas, buscam o objetivo comum de aperfeiçoar as relações humanas e sua compreensão dada na interação na/pela linguagem.

Ainda, sob o traçado da LA despontam quatro quadros que apresentam os objetos da LA de uma forma unânime para autores como Moita Lopes, Kleiman e Pennycook: *questões do ensino/aprendizagem línguas maternas ou estrangeiras*, como os estudos do Letramento de Angela Kleiman (1995) e de Magda Soares (2010); *questões de uso da tradução e da interpretação de textos em língua estrangeira*, como tradução de textos literários, de textos não ficcionais, ou técnicos, e de legenda/dublagem de filmes diversos; *questões de uso da lexicografia e da terminologia*, como revisão, produção e crítica propositiva de glossários, dicionários, etc.; e *questões voltadas para o estudo das relações sociais e profissionais* no que tange ao seu acontecimento na e pela linguagem (ALMEIDA FILHO: 2011, p. 26-29)

Almeida Filho, por sua vez, propõe um organograma que se repete em outros autores em que a LA aparece como uma disciplina autônoma ao lado da *Linguística*, que

ele chama de *Linguística Geral*, e da disciplina denominada *Estéticas da Linguagem*, *Literatura e Belas Letras*, como podemos ver logo abaixo, no Quadro 1:



Quadro 1: Panorama da situação da LA no quadro das Ciências (ALMEIDA FILHO: 2011, p. 30)

Quando o autor propõe uma definição para a LA, temos:

Uma das três ciências da linguagem, a que focaliza especificamente questões da linguagem inseridas na prática social real, distribuídas em subáreas tais como a do ensino-aprendizagem das línguas a da tradução e interpretação, a da terminologia e lexicografia, e a das relações sociais/profissionais mediadas pela linguagem. As outras duas ciências irmãs da **linguística aplicada** são a **estética da linguagem** (da qual faz parte com visibilidade tradicional a teoria literária) e a **linguística geral ou básica** (incluindo-se aí

as análises do discurso). (Grifos no original) (ALMEIDA FILHO: 2011, p. 31)

Almeida Filho reafirma, assim como Martelotta (2010), que a linguística e a teoria literária são disciplinas afins da LA, mas isso não é uma unanimidade, posto que os estudos mais recentes têm levado os pesquisadores a adotar instrumentos teórico/práticos de trabalho cada vez mais multidisciplinares. De fato, já é um truísmo que a LA é autônoma em relação à Linguística, porém não é fácil estabelecer claramente qual é o grau de imersão de uma disciplina na outra e vice versa.

Moita Lopes, em *Oficina de Linguística Aplicada*, para responder à pergunta “O que é LA?”, postula que a metodologia científica desta ciência deve obedecer a certos princípios, os quais apresentou na seguinte lista: a) *Pesquisa de natureza aplicada em Ciências Sociais*, posto que o seu objetivo é a resolução de problemas de uso da linguagem, seja em ambiente escolar, seja fora da escola, de modo que possa oferecer serviços, também, de pesquisa básica em muitos temas; b) *Pesquisa que focaliza a linguagem do ponto de vista processual*, porque coloca-se no foco os problemas relacionados ao uso/usuário no processo da interação linguística; c) *Pesquisa de natureza mediadora e interdisciplinar*: mediadora, porque cumpre o papel de mediar conhecimento entre diversas disciplinas como a psicologia, a educação, a linguística, etc.; e interdisciplinar, por conta de que **“o conhecimento teórico utilizado pelo linguista aplicado vai depender das condições de relevância determinadas pelo problema a ser estudado”** (p. 21, grifo nosso); d) *Pesquisa que envolve formulação teórica*, porque a LA também pode formular métodos próprios, podendo colaborar para o seu e para outros campos de pesquisa por meio da pesquisa básica; e) *Pesquisa que utiliza métodos de investigação de base positivista e interpretativa*, uma vez que pode se aproximar das ciências naturais, a fim de buscar dados e métodos, além de lançar mão de métodos interpretativos que outorguem a relevância que deve ser dada à subjetividade no/do objeto da LA (2001: pp. 19-23).

Apesar de tudo, Moita Lopes (2006, pp. 96-105) parece reformular esse quadro de princípios ao propor que agora seriam quatro os princípios da LA: a *imprescindibili-*

dade de uma LA híbrida ou mestiça, uma vez que o choque de informações constante provocado pelo grande fluxo de informações do mundo contemporâneo confronta identidades a todo o tempo; *a LA como uma área que explode a relação entre teoria e prática*, porque é voltada para o uso/usuário; *a necessidade de um outro sujeito para a LA: as vozes do sul*, pois a demanda dos trabalhos desta ciência é compreender os sujeitos em sua complexidade e não mais apenas pelas lentes homogeneizantes da ciência objetiva ocidental; *a LA como uma área em que ética e poder são pilares*, posto que uma ciência focada no uso deve estar alerta às implicações sociais e morais presentes no seu trabalho e nas relações de uso das linguagens analisadas.

Em suma, ao contrário de Almeida Filho (2011), Moita Lopes (2010) não concorda com o fato de a teoria linguística ser um conhecimento de contato da LA, pois para o segundo é a situação empírica o que determina qual teoria deve ser buscada e aplicada, com suas demandas reais advindas da dinâmica da linguagem.

Roxane Rojo (2006, p. 257-261), por sua vez, é a autora mais incisiva, ao afirmar que há um consenso e um dissenso concomitantes no cenário da LA brasileira: o consenso é a compreensão *inter, transdisciplinar* da LA como espaço em que a multiplicidade científica deve ser fértil e livre. Já o dissenso, diretamente relacionado ao consenso, está no que tange o conceito de *transdisciplinaridade*. Segundo a mesma autora, um descompromisso em postular os alcances e as fronteiras entre essas disciplinas tem se confundido com uma onda pós-moderna no cenário da LA, a despeito de essa mesma onda engessar academicamente a transdisciplinaridade, tirando-lhe a *leveza* que originalmente possuiu esse termo.

No início dos anos 1990, a transdisciplinaridade era encarada no sentido adotado por Serrani (1990), *apud* Kleiman (1992: 29), "... o objeto de estudo atravessa as fronteiras das disciplinas, as quais não participam, aditivamente, como meras fornecedoras de subsídios". Posteriormente, outros pesquisadores, por exemplo, Moita Lopes (1998), salientam o caráter diferente dos modos de produzir conhecimento inter e transdisciplinar, entendendo como interdisciplinar o sentido dado por Serrani a transdisciplinar. Para Moita Lopes, **a transdisciplinaridade só é possível em trabalhos de investigação realizados por uma equipe de pesquisadores provenientes de várias áreas de investigação.** (ROJO: 2006, p. 259, grifo nosso)

Sendo assim, podemos definir a LA como sendo uma ciência independente, multidisciplinar, com metodologia e objeto próprios, surgida no contexto do ensino de língua inglesa dos anos 1950, que se desenvolveu tendo a linguística como principal área de contato, mas que atualmente dialoga com as mais diversas áreas das ciências humanas a fim de solucionar os problemas oriundos das demandas reais provenientes de situações de uso da linguagem. Certamente, assim como qualquer área de estudos, a LA possui suas limitações e heterogeneidades, o que é comum no meio acadêmico.

3.3. GRAFITE E LETRAMENTO VISUAL E IDEOLÓGICO

Neste capítulo, exporemos traços de letramento cultural, técnico e ideológico no movimento grafite capixaba em seu processo de construção da posição de sujeito. Mas, para isso, antes de qualquer incursão acerca do letramento nos grafites, é preciso destacar a trajetória da conceituação desse termo no que tange à relação paralela em que a bibliografia referente ao ensino de língua materna colocou-o junto com a palavra alfabetização, de modo que conforme a leitura que se esteja fazendo, poderíamos nos referir a *literacy* como alfabetização, ou alfabetismo, ou – por fim – como letramento.

Angela Kleiman (1995, p. 16) afirma que os estudos sobre a alfabetização no Brasil, à exceção de Paulo Freire, sempre se situaram no que chama de *modelo autônomo de letramento*, uma concepção de letramento racionalista que entende a língua escrita como ápice do desenvolvimento da razão humana. Em oposição a este modelo, a autora aponta, ainda, o que chama de *modelo ideológico do letramento* para o qual “práticas de letramento, no plural, são social e culturalmente determinadas” (KLEIMAN, 1995, p. 21).

Em conformidade com esses conceitos, nessa pesquisa tivemos clareza de que ao lançar os olhos sobre o movimento grafite-*tagging* seria preciso compreender que se trata de um aparelho de reprodução simbólica muito poderoso, tanto por se situar no grafite enquanto linguagem, que é uma linguagem primitiva que vem se adaptando às transformações das sociedades humanas há mais de 45.000 anos, quanto por

promover culturalmente uma verdadeira escola de letramento, promovendo *eventos de letramento* que permitam que aqueles sujeitos de origem pobre que veem no *graffite-tagging* uma forma de se inserir no *discurso* pela *ideologia*. Esses *eventos de letramento* são legítimos constituidores de *sujeitos de discurso* na *ideologia* que acabam por ser negligenciados pelo *modelo autônomo de letramento* (KLEIMAN, 1995, p. 16).

Situaremo-nos, portanto, no alcance do modelo ideológico de letramento, porque ele considera aspectos discursivos e dialógicos no que tange ao uso da língua escrita, de forma que possamos estabelecer uma relação de cooperação entre esse conceito de letramento e o conceito de linguagem (e de sujeito na linguagem) como na teoria bakhtiniana que veremos a seguir.

Uma vez situados no plano *modelo ideológico de letramento* (KLEIMAN, 1995, p. 16), é preciso adotar uma concepção epistemológica que questiona, na raiz dos pressupostos autônomos, outorgando aos sujeitos enunciadores desses lugares discursivos subalternizados, o mesmo *status* da epistemologia dominante. Ou seja, nessa perspectiva, as identidades e os saberes serão tomados sem preconceitos em relação às diversidades e às dificuldades presentes no contexto urbano.

Além disso, concordaremos com Magda Soares (2010) que define a alfabetização como sendo um processo de aprendizado da codificação da língua escrita e o letramento como sendo qualquer evento social em que se relacionem atividades de leitura e de escrita. Deste modo, alfabetização e letramento, embora relacionados, podem se desenvolver de formas distintas no decorrer das experiências humanas, pois, de acordo com essas classificações, uma pessoa alfabetizada (ensino médio completo, por exemplo) que não se engaje em atividades sociais de leitura e escrita, pode acumular menos informações do universo leitura/escrita que alguém, não ou pouco alfabetizado, que esteja em ambiente de constante necessidade e/ou motivação para esses eventos de letramento.

Ou seja, nessa perspectiva, constituiremos as identidades e os saberes sem preconceitos em relação às características referentes às diversidades e às adversidades

presentes no contexto urbano. Sejam eles ágrafos ou letrados, orais ou escritos, escolarizados ou não escolarizados, legais ou ilegais, ricos ou pobres, mais ou menos poderosos, etc. os saberes e as concepções de cidade serão confrontadas de acordo com o máximo de igualdade epistemológica que seja possível constituir, a exemplo do jovem paulistano exibido no documentário Pixo (26min00 – 27min57) o qual, mesmo não dominando a leitura e a escrita da língua portuguesa, ou seja, analfabeto; lê, compreende e produz grafite-*tagging*.

Do *modelo ideológico de letramento* a que nos referimos, por sua vez, segundo os postulados teóricos até aqui acumulados, reportamo-nos ao discurso da comunidade grafite-*tagging* – *stricto sensu* – com o propósito de identificar traços ideológicos comuns à axiologia desses indivíduos que, através do grafite-*tagging* capixaba, tornam-se em sujeitos de discurso interpelados pela ideologia. Para isso, adotaremos os conceitos de sujeito, discurso e identidade, tal como definidos neste trabalho, pressupondo um forte agenciamento ideológico por parte desses sujeitos no seu processo de materialização de enunciados concretos. De posse do conceito de letramento ora apresentado, entendido como evento cultural relacionado ideologicamente ao mundo da escrita, enquadraremos o grafite como uma escola de letramento por partilhar letramentos tanto estético-visuais, quanto ideológicos.

O *letramento estético-visual* a que se refere esta pesquisa pode ser exemplificado na própria habilidade de ler as *tags* expostas nas cidades. Algumas são tão indecifráveis que somente encontrando com o seu autor ou algum amigo em comum é possível compreender, isto é, de um modo geral, às vezes é preciso conhecer também o indivíduo para entender algumas motivações muito particulares da *tag*, por exemplo, muitas vezes tratam-se de iniciais estilizadas.

Na figura 5, encontramos várias *tags* de sujeitos ou *crews* (tribos urbanas de grafiteiros), em destaque, à esquerda, a *tag* de um sujeito denominado *Surix*, e, à direita, a *tag* de um sujeito denominado *Jeff, RJ*, e sua *tag* construída com a estilização das letras j, e, ff.



Figura 5: Tags em bar, em frente à UFES, destaque para as tags Surix e Jeff. 2013.

Mas por outro lado, existe a valorização da reestilização constante da tag, tal como podemos ver nas figuras 6, 7, 8, 9 e 10 nas quais o sujeito Esdras (Dras) reescreve-se em três estilos diferentes.



Figura 6: Grafite/ pichação: tag de Esdras (Dras), grafiteiro de Vila Velha. 2013.



Figura 7: Grafite/pichação (*stricto sensu*): tag de Esdras (Dras), grafiteiro de Vila Velha, sob um grafite (*lato sensu*) de oferta de serviço de pintor. 2013.



Figura 8: Grafite/pichação (*stricto sensu*): tag de Esdras (Dras), grafiteiro de Vila Velha. 2013.



Figura 9: Grafite/pichação (*stricto sensu*): tag de Esdras (Dras), grafiteiro de Vila Velha. 2013.



Figura 10: Grafite/ pichação: tag de Esdras (Dras), grafiteiro de Vila Velha (grande mural), sobre outras tags em estilo *bomb*. 2013.

No mesmo caminho de apresentação dos enunciados concretos de sua *tag*, outro sujeito, denominado Pará, figura nas paredes de Vila Velha, conforme observamos nas figuras 11, 12, 13 e 14. Assim como Esdras, Pará apresenta sua *tag* em estilo pichação (Fig. 11), mas também a apresenta em estilo Bomb (Fig. 12). Na Fig. 13,

um excelente trabalho grafite de estilização das *tags* no qual personifica as letras e, por fim, (Fig. 14) uma panorâmica em que vemos os produtos das figuras 12 e 13, ao lado de *tags*, inclusive Pará.



Figura 11: Grafite/pichação (*stricto sensu*): tag de Pará. Vila Velha. 2013.



Figura 12: Grafite/pichação (*stricto sensu*): tag de Pará. Vila Velha. 2013.



Figura 13: Grafite/pichação (*stricto sensu*): tag de Pará. Vila Velha. 2013.



Figura 14: Grafite/pichação (*stricto sensu*): tags de Pará. À direita, outras tags. Vila Velha. 2013.

Ainda, outro sujeito, identificado como João, demonstra sua presença subversiva na cidade. Na fig. 15, notamos que o estilo Bomb é utilizado e ocorre uma personificação da letra o. Isso também ocorre na fig. 16, a qual também apresenta um desenho um pouco mais simplificado – semelhante à personificação da letra o – ligado por uma seta ao grafite-*tagging* tipo Bomb.

Esse desenho semelhante a um pequeno monstro de dentes afiados que parece tratar-se de uma espécie de metonímia da *tag*, em estilo bomb, do sujeito João é encontrada em diversos pontos da Grande Vitória. Sobretudo por ser de ligeira composição, essa forma predomina na quantidade ocorrências e de oportunidades de lugares incidentais para materialização dos enunciados. Vemos na fig. 17 esse enunciado num poste em Vila Velha e na 18, num abrigo de ponto de ônibus em frente à UFES, Vitória-ES.



Figura 15: Grafite/pichação (*stricto sensu*): *tag* de João. Vila Velha. 2013.



Figura 16: Grafite/pichação (*stricto sensu*): tag de Jão. Vila Velha. 2013.



Figura 17: Grafite/pichação (*stricto sensu*): tag de João. Vila Velha. 2013.



Figura 18: Grafite/pichação (*stricto sensu*): tag de Jão. Av. Fernando Ferrari, Vitória-ES. 2013.

Muito provavelmente quase todos os brasileiros deparem-se com um sujeito em situação similar aos aqui exemplificados nos caminhos do seu dia a dia. Mas por que, de imediato, não percebemos esses efeitos de sentido aqui apresentados, mesmo tendo exposição cotidiana aos textos do movimento grafite capixaba? A resposta é que *não possuímos o grau necessário de letramento técnico em grafite para compreender a dinâmica de sua materialidade discursiva*, ou seja, basicamente, a maioria das pessoas é iletrada dos conceitos e das técnicas do grafite-*tagging*.

Após identificarmos o assujeitamento desses discursos materializados nos enunciados concretos *tags*, nossa intenção é conseguir analisar os valores ideológicos comuns que são transmitidos no processo de *letramento* desses sujeitos, sem os quais não é possível inserir-se nessa comunidade. O grafite-*tagging*, enquanto escola de letramento, traz certos aspectos que o constituem epistemologicamente. Aqui, apontaremos dois deles: a concepção do muro como espaço público e a cooperação entre estéticas urbanas.

Quanto ao primeiro aspecto, *a concepção do muro como espaço público*, podemos perceber em momentos em que a voz é dada a grafiteiros declarados, sua filiação à origem do grafite – a fim de lembrar seu atrito com a legalidade, que amargava o

policciamento repressor contra o *graffiti* norte-americano, por exemplo – e o apelo a se repensar esse conceito de proibição à “pichação” no Brasil.

Voodoo e Fredone ainda questionam a definição de propriedade privada no que tange a parte de fora dos muros, uma vez que quem tem de olhar a parte de fora do muro não é o dono da propriedade, mas a população que passa pela rua. Por isso, esta postura diante da concepção do espaço urbano ganha contornos subversivos quando questiona a publicidade, na sua condição de mercado, posto que uma marca consegue comprar o direito de promoção pública, como fazem as grandes multinacionais, porque possuem recursos financeiros e acesso a meios de reprodução cultural, ao passo que o cidadão comum, já desprovido de meios de (re)produção econômica é obrigado ao silêncio por não possuir meios de (re)produção.

Isso nos aponta para o segundo aspecto, a *cooperação entre estéticas urbanas*, pois a comunidade do grafite-*tagging* além de dividir de forma cooperativa espaços urbanos como podemos ver na Figura 19, abaixo, ainda se reconhece enquanto diversidade estética. Na E1, os grafiteiros Voodoo e Fredone saúdam em solidariedade a várias *crews* (em inglês: tripulação, designa grupos de grafiteiros) capixabas. Inclusive os membros da *crew* “Os Belengos”, cuja participação foi fundamental para a realização da Entrevista 2 (E2) na qual entrevistamos os grafiteiros Beicon e Azedo/Zed, da *crew* “Os Belengos” e Le Feme, grafiteira capixaba que assina, como na imagem da Figura 20. Ocorre que essa *crew* não se reconhece enquanto artística, mas sim “pichadora”, propondo um outro tipo de linguagem para o grafite-*tagging*, mais acessível a qualquer pessoa que consiga deixar alguma marca identitária. Em termos bakhtinianos, a *crew* “Os Belengos” acredita que facilitando os critérios de escrita, nesse modelo ideológico de letramento, ocorre a promoção da inclusão de sujeitos *interpelados/ constituidores* pela/ na *ideologia* em eventos de letramento que constituem discursos refratados por sua enunciação. Vejamos as Figuras 19 e 20:



Figura 19: Tags diversas, inclusive do Voodoo (E1) e de Beicon (E2), abaixo. Av. Fernando Ferrari, Vitória-ES. 2013.

Na figura 19, ao centro um grafite de Voodoo e logo abaixo (em destaque) a tag de Beicon, grafiteiro/ pichador d'Os Belengos, entre várias outras tags.

O grafiteiro Voodoo apresenta, assim como os grafiteiros demonstrados anteriormente, forte migração de uma estética a outra do lado da dicotomia grafite/ pichação. Conforme, observamos nas figuras 19 a 24. Na fig. 20, um pequeno grafite em uma caixa de energia no Terminal de Ônibus de Vila Velha.



Figura 20: Grafite/pichação (*stricto sensu*): *tag* de Voodoo. Terminal de Ônibus. Vila Velha-ES. 2013.

Já na fig. 21 uma reformulação de sua *tag* que seria chamada pelo senso comum de pichação, mas note que, apesar de recursos simples, um alto grau de acabamento estético para sofisticar a materialização das letras, estilizando-as. Um olhar desatento ao letramento ideológico da *tag* nem sequer percebe tratar-se de um sujeito.



Figura 21: Grafite/pichação (*stricto sensu*): tag de Voodoo. Outras tags acima. Av. Fernando Ferrari, Vitória-ES. 2013.

Na linha do estilo Bomb Attack, uma tag em estilo Throw Up, fig. 22.



Figura 22: Grafite/pichação (*stricto sensu*): tag de Voodoo. Vila Velha-ES. 2013.

Por fim, nas figuras 23 e 24, uma *tag* que sofreu um ataque circunstancial de um reforma num prédio do Centro de Ciências Exatas da UFES, entre um semestre e outro, no período de férias, o grafite (uma pichação) foi parcialmente coberto com reboco.



Figura 23: Grafite/pichação (*stricto sensu*): tag de Voodoo. UFES. 2013.



Figura 24: Grafite/pichação (*stricto sensu*): tag de Voodoo. UFES. 2014.

Além de Voodoo, Beicon também foi registrado nesta pesquisa em mais duas intervenções na Av. Fernando Ferrari (figuras 25 e 26), além da tag já apontada na fig. 19.



Figura 25: Grafite/pichação (*stricto sensu*): tag de Beicon. Outras tags ao lado. Av. Fernando Ferrari, Vitória-ES. 2013.



Figura 26: Grafite/pichação (*stricto sensu*): tag de Beicon. Outras tags ao lado. Av. Fernando Ferrari, Vitória-ES. 2013.

Ainda na Entrevista 2 (ver referências), abordamos também a grafiteira capixaba *Le FeMe*, que grafa uma tag de posicionamento político feminista e contestatório. A Figura 27, abaixo, apresenta um trabalho estético-visual de uma singularidade ímpar: a escolha do artigo definido masculino singular do francês *Le* (sugerindo um erro de concordância de gênero) acompanhado da grafia da palavra *Femme* (mulher, em francês), substituindo os *mm* do francês por um *m* multissemiótico no qual se vê a silhueta frontal de um tronco feminino nu, desenhado do ventre ao busto.



Figura 26: Tag “Le FeMe”, assinada por grafiteiras capixabas. 2013.

O movimento grafiteiro capixaba, embora tenha seus grandes artistas de galeria, reconhece o trabalho artístico de qualquer intervenção enquanto *poiesis* (técnica, atitude). Ou seja, trabalhos sobre letras, como os de *Le FeMe* são enunciados tão bem prestigiados quanto os trabalhos mais próximos aos trabalhos de galeria.

Além disso, na Figura 19, podemos perceber como uma *tag* um pouco mais próxima do estilo de galeria, ao menos no que tange o formato 3D e o uso de diferentes cores, Voodoo, divide espaço com outras *tags* produzidas com um só instrumento (seja *spray*, seja outro) que caracterizam verdadeiras rubricas coloridas que formam uma espécie de mosaico urbano, inclusive com a *tag* de *Beicon* circulada. Essas *tags* não são indecifráveis, apenas exigem mais esforço no processo de reconhecimento das diversas grafias das letras desses grafiteiros.

3.4. GRAFITE LATO SENSU E STRICTO SENSU

Persuadidos pela busca de uma definição para o que chamamos grafite, descobrimos que caracterizar ou conceituar o que ele seja não é uma tarefa nem um pouco simples e categorizá-lo ou constituir-lhe uma taxonomia é tarefa ainda muito mais exaustiva. No entanto, a literatura encontrada, embora não focasse esse assunto em

seus trabalhos, deixou perceber um quadro etimológico em três línguas que precisamos analisar para entender o que vamos chamar de grafite, bem como esclarecer o que estamos diferenciando ao acrescentar as adjetivações *lato sensu* e *stricto sensu*.

Conforme definido pela pesquisadora brasileira Julia Maria Costa Almeida (In: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4782680J2>> Acesso: 15/10/2014), a palavra italiana *graffiti* (plural de *graffito*), que pode ser traduzida para o português como grafito ou grafite, designa “inscrição ou desenho de épocas antigas toscamente riscados a ponta ou a carvão em rochas, paredes, vasos, etc.” (ALMEIDA, 2012, p. 54).

Ainda a esse respeito, o pesquisador brasileiro Valdelino Gonçalves dos Santos Filho (In: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4771634H4>> Acesso em: 15/10/2014) salienta esta parte da significação do termo, evocada pelo italiano, afirmando que “o grafite é a primeira expressão humana, é pai da linguagem verbal. (...) Com o grafite nasceram a religião e a medicina” (DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL/ES, 2013, p. 04). O sentido da palavra italiana revela sua origem latina em *graphium*, “estilete, ponteiro (objeto para escrever nas tábuas de cera)” (BIANCHET & REZENDE, 2005, p. 155).

Esta palavra foi incorporada ao inglês e chegou mais recentemente (metade do séc. XX aos dias atuais) ao português, apresentando um novo significado e associando-se ao *graffiti* americano e à *street art* (arte de rua). Este *graffiti* (grafite), num histórico de perseguição e subalternidade, ganhou contorno de arte comumente praticada com tintas *spray* e atualmente tem gerado no português “derivados como grafitar, grafitado, grafiteiro” (ALMEIDA, 2012, p. 54) e grafitagem.

A definição desse termo já se torna perigosa no campo descritivo dos dicionários, porém não é tarefa desta pesquisa problematizar isso. Assim, a exemplo do pesquisador Valdelino Filho, adotaremos o conceito de grafite no seu sentido mais amplo: expressão milenar que data de mais de 40.000 anos (a despeito da linguagem escrita ter apenas 5.000 anos, aproximadamente), caracterizada por ser a primeira expressão humana que se pode encontrar nos registros na atualidade e que se desen-

volveu como habilidade em diversas culturas humanas, atualizando-se, conforme as novas tecnologias e as novas necessidades de expressão social.

Ou seja, o termo grafite será definido por ser uma linguagem cuja especificidade é proporcionar a produção de sentido em meios originariamente criados para outras finalidades. Essa definição, então, será aqui referida como grafite *lato sensu* por circunscrever um sem número de gêneros discursivos. O grafite *stricto sensu*, por oposição, seria o grafite ligado aos movimentos culturais contemporâneos que começaram a surgir desde as últimas décadas da Guerra Fria, o qual vem sendo aqui chamado de grafite-*tagging* ou grafite *stricto sensu*.

Abaixo, seguem exemplos de grafites *lato sensu* destacados. No primeiro deles (figura 28), uma pequena inscrição feita pelos agentes comunitários de saúde (combate à dengue, etc.) auxiliam em sua localização espacial, necessária ao bom andamento de seu trabalho. Na parte inferior da inscrição destacada, temos uma *tag* bem rústica, provavelmente feita com tinta improvisada e esguichada com frasco de desodorante, da *crew* vilavelhense, *Mérus*; e, na seguinte, (figura 29), uma oferta de mão de obra, na qual o muro torna-se um classificado de empregos, exemplificando a infinidade de propósitos aos quais o grafite *lato sensu* pode se prestar.



Figura 28: Grafite de Agentes de Saúde acima de *Tag* na Av. Fernando Ferrari, em frente a UFES. 2013.



Figura 29: grafite de oferecimento de serviços ao lado de *tag*. Itaparica, Vila Velha-ES. 2014.

Enquadramos ainda na categoria de grafite *lato sensu* outras manifestações como a intervenção emotiva registrada numa escola estadual em Vitória-ES (Figura 30), ou ainda para demarcar uma garagem (Figura 31).



Figura 30: grafite emotivo registrado uma escola estadual, Vitória-ES. 2013.



Figura 31: grafite “garagem”, Centro de Vitória-ES. 2013.

E mesmo os grafites críticos e políticos vêm a ser considerados *lato sensu*, como o pequeno grafite inscrito num azulejo criticando a vigilância eletrônica (Figura 32).



Figura 32: grafite político. Av. Fernando Ferrari, Vitória-ES. 2013.

Percebemos ainda que a influência ideológica contestatória da *tag* faz com que ela conviva bem com o grafite de contestação social, como podemos perceber em uma intervenção social de cunho classista rodeada por *tags* em frente à Universidade Federal do Espírito Santo (Figura 33 – “Com quantos pobresse [sic] se faz um rico?”).



Figura 33: grafite político, no entorno tags. Av. Fernando Ferrari, Vitória-ES. 2013.

Sendo assim, cientes do conceito de grafite *lato sensu*, partimos para a compreensão do grafite *stricto sensu* no próximo item, em o grafite-tagging e a tag são novamente considerados.

3.5. A TAG COMO GÊNERO DISCURSIVO

Partindo do conceito de grafite *lato sensu* ora acumulado, é preciso esclarecer o que estamos apresentando como grafite *stricto sensu*, isto é, o grafite-tagging. Trata-se de um tipo de grafite que se desenvolveu em meados dos anos 1960-80, como uma arte de rua que valorizava a composição e a recomposição de tags o que definimos como “logotipos individualizados” (ALMEIDA, 2012, p. 54).

Esse tipo de grafite ganhou fama mundial, juntamente com as expressões artísticas que têm em comum a cultura *Hip-Hop* como tronco estético e ideológico. Nas cidades de Vila Velha, Vitória e Serra, ES, que nos serviram de *locus* desta pesquisa, podemos encontrar muitas intervenções do tipo grafite-tagging.

Por ora, retomamos a Figura 5, na qual podemos encontrar, à esquerda, um desenho da letra M, estilizada, símbolo da *crew* (em inglês: tripulação, designa grupos de

grafiteiros) denominada *Os Mutantes*, de Vila Velha-ES, – a palavra *crew* serve para caracterizar, no grafite-*tagging*, um grupo de grafiteiros que atua propagando uma *tag* (assinatura) coletiva, não somente a individual – e, à direita, as letras *O* e *B* estilizadas que se tratam de uma *tag* de uma *crew* denominada “Os Belengos”, além de inúmeras *tags* individuais. O local de produção textual é um portão de ferro de um comércio no bairro Jardim da Penha, em frente à Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória-ES. Note-se que as *tags* não são apenas de sujeitos, mas também podem ser de grupos de sujeitos.



Figura 5: *Tags* em bar, em frente à UFES, destaque para as *tags* *Surix*, *NH* e *Jeff*; *Crews*: *Mutantes*, *Os Belengos*. 2013.

Ainda pensando em exemplos para o que chamamos de grafite-*tagging*, podemos observar a Figura 34, na qual encontramos *bombs* (tipo de letra cubista geralmente com preenchimento colorido) num muro em Vila Velha-ES. Notemos que esses *bombs*, de dois indivíduos sendo um deles reconhecido como *Dras* estão marcadas pelo *M* estilizado que caracteriza a *tag* da *crew* (grupo de grafiteiros) chamada *Mutantes*:



Figura 34: Tags em estilo *Bomb* e tags da crew. Centro, Vila Velha-ES. 2013.

Deste modo, assim como a pesquisadora Ana Lúcia Silva Souza (2011) que define o grafite como sendo “um texto multissemiótico, que mescla o verbal e o não verbal, com diferentes técnicas e estilos para intencionalmente interferir na paisagem urbana” (SOUZA: 2011, p. 76), adotaremos essa definição. Todavia, insistiremos que o que Souza chamou de *grafite* em seu trabalho voltado para os letramentos da cultura *Hip-Hop* nos servirá apenas na medida em que conservarmos o conceito de grafite mais amplo (*lato sensu*), como definido no item anterior, e situamos a contribuição da autora no plano do que estamos chamando de grafite-*tagging*, um grafite *stricto sensu* por assim dizer, pois trata-se de um grafite filiado a um movimento social com formação ideológica e discursiva definidas.

Sendo assim, podemos postular que o *grafite-tagging* é uma modalidade do grafite (entendido como primeira manifestação gráfica humana) que tem como objetivo interferir na paisagem urbana, através de um texto multissemiótico que mescla linguagem verbal com linguagens não verbais, e é determinado pela presença de um tipo particular de assinatura chamada “tag”.

Para concluir este item, um tipo de *tag* na Figura 35:



Figura 35: Tags de Gentil e de sua crew, K-os, ao lado de tag em estilo bomb. 2013.

Nesta figura, encontramos, à esquerda, uma tag composta por um G estilizado que corresponde a um grafiteiro denominado *Gentil*, sobre a tag de uma crew (K-os). Provavelmente o sujeito *Gentil* pertence à crew denominada “K-os” (referência estilizada à palavra *caos*), e, na porta de ferro, uma tag em formato *bomb* de algum grafiteiro bastante qualificado.

Desse modo, postulamos que a relação entre grafite e grafite-*tagging* é de hiponímia do segundo em relação ao primeiro, já que grafite é tomado de forma mais ampla (por isso *lato sensu*) que o grafite-*tagging* (por isso *stricto sensu*); e afirmamos ainda que a tag, enquanto gênero discursivo, é o elemento central desta formação discursiva.

A respeito da assertiva *da tag como gênero discursivo*, cabe-nos salientar que, bem como outros gêneros textuais do grafite, ela nos está diariamente evidenciada, sobretudo no dia a dia em que nos engajamos nos nossos afazeres. Passando corriqueiramente pelas ruas da cidade, lemos seus muros e, seja consciente, seja inconscientemente sua presença provoca catarses, não raro controversas, nos cidadãos contemporâneos.

Segundo Bakhtin:

O emprego da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana. Esses enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo da linguagem, ou seja, pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua mas, acima de tudo, por sua construção composicional. Todos esses três elementos – o conteúdo temático, o estilo e a construção composicional – estão indissolivelmente ligados no todo do enunciado e são igualmente determinados pela especificidade de um determinado campo da comunicação. Evidentemente, cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, os quais denominamos *gêneros do discurso*. (BAKHTIN: 2011: p. 262)

Para o autor, portanto, enquadra-se como gênero discursivo qualquer produção textual que possua conteúdo temático, estilo e construção composicional. Desse modo, uma tarefa não muito complicada é a de classificar a *tag* como um gênero discursivo do grafite contemporâneo, posto que apresenta todos os elementos constituintes de um tipo relativamente estável: o conteúdo temático, que pode variar da assinatura estilizada cuja crítica social é implícita ou declarar claramente um protesto verbal; o estilo, como percebemos nos diversos traços estéticos e caligrafias rebuscadas encontrados; e a construção composicional, permeando desde as condições específicas e limitantes de produção textual (muros, custo das tintas, ilegalidade, risco de ser detido) até os aspectos tipológicos da formação discursiva do movimento *graffite-tagging* brasileiro.

Enquanto *tags*, as figuras acima são gênero do discurso e possuem – ao menos politicamente – o mesmo valor enquanto produção textual/ discursiva no meio *graffite-tagging* capixaba. Por isso tomamos a *tag* como objeto de análise: pela riqueza discursiva que ela traduz àqueles que se letram de suas propriedades estilísticas que vão desde as estéticas até às políticas.

3.6. PICHAÇÃO E PIXO

Até agora, trabalhamos a problemática da leitura da *tag* na sociedade capixaba sempre tomando a bipolaridade social representada pela dicotomia vocabular grafite/pichação. No entanto, alguns grupos assumem o tom subversivo da terminologia

pichação e, além disso, estilizam este lexema, reafirmando seus aspectos tidos imorais subjacentes à questão do vandalismo em maior ou menor grau.

A palavra *pichação* pode ser entendida como de origem na palavra *piche* (cuja etimologia remonta, também, ao inglês) que significa material utilizado pelos trabalhadores de malha rodoviária, espécie de tinta colante da cor preta.

A *pichação* é formada por elementos como sinais e rabiscos feitos aleatoriamente em qualquer espaço – público ou privado – e com diversas tipologias gráficas; **uma característica marcante está na individualidade do seu feitiço**. Pode ser observada tanto com relação à decifração do conteúdo aberto aos ‘entendidos’, à possível comunicação de valores sociais relevantes e, ainda, quanto aos valores estéticos que essa pintura suscita na sociedade. Um ‘equivalente’ negativo (linguagem) do grafite, normalmente colorido em ‘preto’ com spray ou tinta látex, **a pichação causa um violento impacto visual**.

Em diversos exemplos lê-se a palavra *pichação* em associação a sujeira e a poluição visual. O termo origina-se no elemento complementar antepositivo *pich-*, do inglês *pitch* (*piche*, *breu*); este elemento se desenvolveu desde o século XVIII (1797). O verbo *pichar* (*pich* + *ar*), surgiu no século XX. **Pode-se afirmar, no entanto, que o termo *pichar* é aparentemente nativo, brasileiro.** (CALÓ: 2005, p. 247 – grifos nossos)

Conforme vimos, a carga pejorativa desta palavra remonta a uma forte estigmatização do trabalhador e do sujeito pobre brasileiro como sendo considerado sujo, e, além disso, é relativamente comum até hoje que se encontre intervenções grafite feitas com material improvisado, como tintas e colas caseiras.

Sendo assim, podemos postular que a isso que se chama *pichação* no Brasil são atribuídos alguns aspectos formais: o *conteúdo indecifrável*, geralmente essa característica se refere às *tags* introduzidas nos locais mais inusitados, como os andares mais altos de um prédio (ver figuras 2 e 3, por exemplo); a *comunicação de valores sociais relevantes*, como no grafite *lato sensu*, apresentado abaixo, Figura 36, em observamos uma intervenção crítica à atuação social da Polícia Militar no Brasil.



Figura 36: grafite (pichação) crítico registrado no início do ano de 2014, na parede lateral do *Theatro Carlos Gomes*, Centro de Vitória-ES.

Além disso, há ainda a presença de *valores estéticos controversos*, posto que a pichação se considera uma arte, cujo tema é uma catarse negativa, não harmoniosa; bem como a oposição ao termo grafite, no que tange sua situação de completa ilegalidade e desprestígio.

São ainda temas recorrentes no grafite capixaba a homofobia (fig. 37), o racismo (fig. 38), a educação pública (fig. 39), a mobilidade urbana (fig. 40) e a impunidade quanto aos crimes da ditadura militar (fig. 41).



Figura 37: grafite/ pichação. UFES. 2015.



Figura 38: grafite/ pichação. Laranjeiras, Serra-ES. 2014.

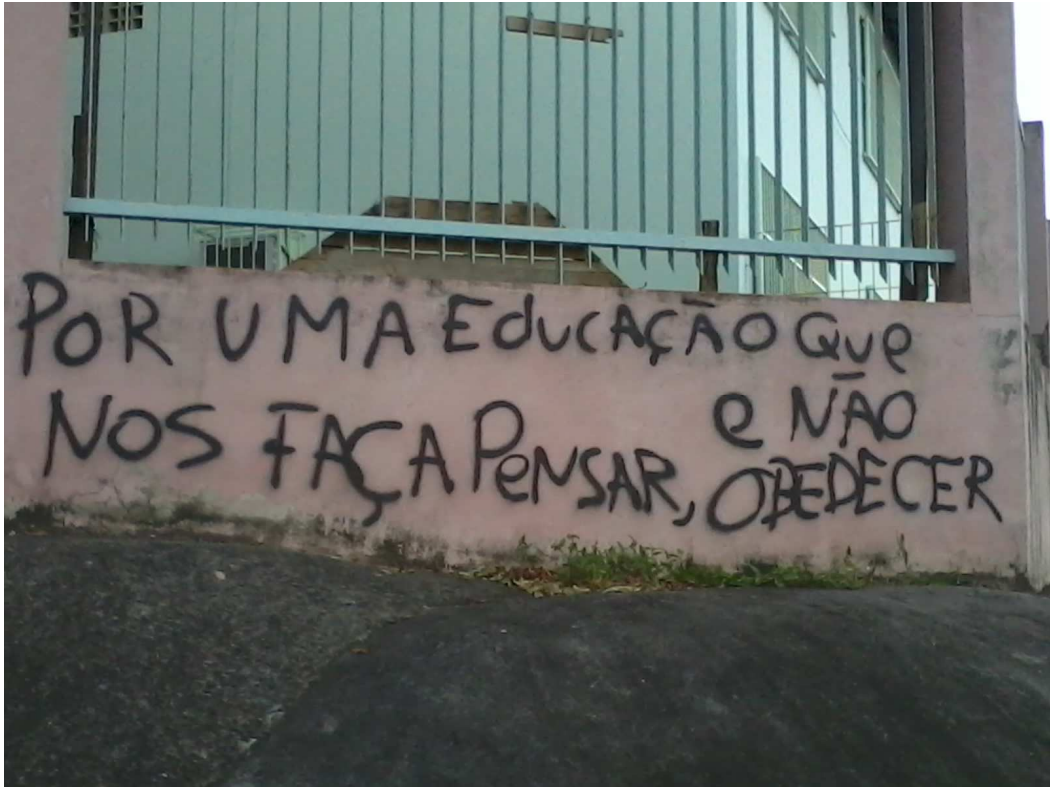


Figura 39: grafite/ pichação. Escola Estadual em Eurico Salles, Serra-ES. 2014.



Figura 40: grafite/ pichação. Av. Fernando Ferrari, Vitória-ES. 2015.

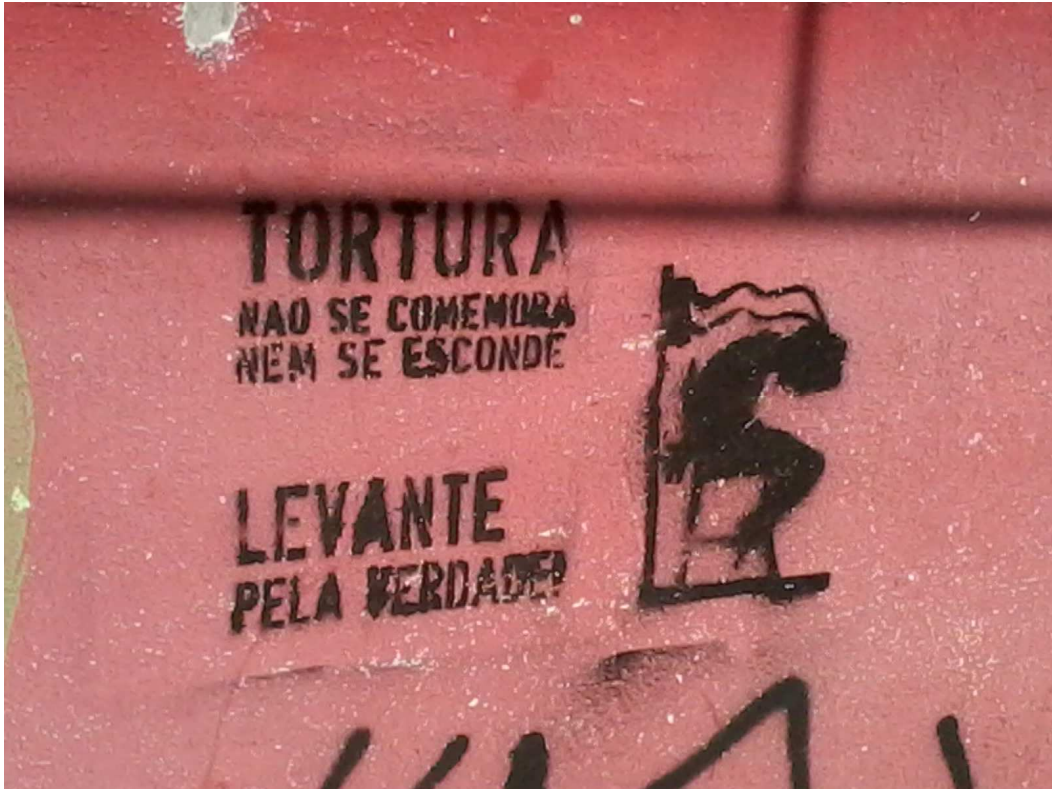


Figura 41: grafite/ pichação. Estilo *stencil* (molde vazado). Av. Fernando Ferrari, Vitória-ES. 2015.

Mas a criatividade não possui limites e assim outras intervenções surgem com um maior grau de espontaneidade, como na intervenção no ponto de ônibus em Vila Velha (fig. 42) em que a *tag MV* faz um intertexto direto com a mensagem estampada no abrigo (com um cão “sorrindo” e uma mensagem atribuída a Chico Xavier), ou com intervenções plásticas que provocam o receptor, como figura 43.



Figura 42: Tag em ponto de ônibus. Coqueiral de Itaparica, Vila Velha-ES. 2013.



Figura 43: Intervenção sobre mictórios. Centro de Artes. UFES. 2014.

Retomando a comparação estabelecida no plano discursivo entre a dicotomia *invasão/ ocupação* e o dualismo *grafite/ pichação* notamos que, apesar das muitas semelhanças no processo de consolidação desses pares em suas formações discursivas, há uma interessante diferença subjacente a eles: no primeiro par, o movimento conservador brasileiro adota o termo *invasão*, ao passo que os movimentos sociais assumem o vocábulo *ocupação*, de modo que a adoção de um implica no silenciamento do outro; o mesmo acontece na dicotomia *grafite/ pichação* num primeiro momento – de uma maneira geral, percebemos, na Entrevista 1, que o tom discursivo de Voodoo e Fredone visam a silenciar a palavra *pichação* –, contudo logo também surgem as manifestações que adotam para si ao menos alguma porção da carga pejorativa atribuída ao lexema *pichação*, como veremos nos termos apresentados a seguir.

No entanto, um forte movimento promove a *tag* em seu estilo mais rústico por considerar que o paradigma ideológico-estético que desqualifica a *pichação*, classificando-a como vandalismo ou depredação, é aliado à grande mídia geradora da exploração da arte e do monopólio da discursividade estética padrão. Esse grupo reivindica o nome de *pixo* ou *xarpi* (anagrama de *pixar* – com *x*) para o tipo de arte marginal que fazem, marcada pelo hábito de *tagar* (verbo derivado de *tag*, lê-se: *têgar*), como podemos ver na Figura 44, em que *tags* e “*pichações*” formam um quadro enunciativo hostil:



Figura 44: Tags e “pichações” no bairro Consolação em Vitória, ES. 2015.

O documentário *Pixo*, de Wainer e Oliveira (ver referências), é uma obra ímpar de apresentação dos princípios desse movimento nascido em São Paulo. Embora a *tag* seja um texto universal, pode-se reconhecer no movimento *Pixo* traços e estilos de origem propriamente paulistas, hoje nacionais.

O movimento que se nomeia *Pixo* apresenta três aspectos relevantes, no que tange o assujeitamento discursivo desses agentes: a *busca por reconhecimento social*, a qual o público de maioria jovem logra, encontrando seus pares e autoafirmando sua identidade no processo de letramento dessa comunidade; a *busca por lazer*, por meio de atividades que provoquem a liberação de adrenalina, como o “*pixo em altura*”, em que além do fator da proibição do grafite não autorizado, há o risco de uma escalada sem equipamentos de segurança por edifícios o quanto mais alto for possível; e o *protesto*, que vai desde o desejo de mostrar “às autoridades” que há alguém inconformado (o que é possível fazer com a própria *tag*), até protesto direto.

Vejamos, a seguir, as imagens 45 a 48:



Figura 45: Tags e “pichações” no bairro Santo Antônio, em Vitória-ES. 2015.



Figura 46: Tags e “pichações” na UFES, em Vitória-ES. 2015.



Figura 47: Tag e “pichações” no bairro Bento Ferreira, em Vitória-ES. 2014.



Figura 48: Tags na Av. Fernando Ferrari, em Vitória-ES. 2013.

Nas imagens acima, uma residência (fig. 45), um prédio da UFES (fig. 46), o cercado metálico de um prédio em obras (fig. 47) e um canteiro do prédio da Petrobrás (fig.

48) têm em comum o fato de terem se tornado o “papel” para a escrita bárbara do movimento Pixo. Não à toa, esse grupo adota para si o adjetivo “vândalo” (referência a um povo de origem bárbara) e o estilo gráfico inspirado nos alfabetos desses povos, saber adquirido por meio de leitura das impressões e capas de CD’s de bandas de Rock in Roll pesado, nos estilos desde Heavy Metal a Punk Rock.

Na figura 49, notamos o chamado “atropelo” (termo para se referir à sobreposição de dois grafites na mesma superfície). O mais notável é o da *tag Fa*, mas há outras *tags* sobre o mural.



Figura 49: Tags “atropelando” mural na Av. Fernando Ferrari, em Vitória-ES. 2013.

Além disso, um grafite de *Le FeMe* no prédio Bernate Lyra (Letras), UFES, (fig. 50) e uma demonstração de vários tipos de grafite, entre eles o “pixo em altura” (fig. 51):



Figura 50: Tag Le FeMe, UFES, em Vitória-ES. 2013.



Figura 51: Tags (pichações). Prédio desativado, Rod. Darly Santos, Vila Velha-ES. 2015.

As classificações ora apresentadas não são de nenhum modo normativas e tampouco intentam limitar a referencialidade dos campos acadêmicos e urbanos. Muito pelo contrário, aqui, queremos é expor este trabalho à discussão e à problematização da parte de diversos campos das ciências humanas, letras, artes e filosofia.

O que nos parece interessante destacar, portanto, é que a nomenclatura a qual estamos postulando, que se baseia na linguística discursiva e nos estudos do letra-

mento, propõe uma classificação que contemple categorias desta disciplina. Por exemplo, uma perspectiva da área artística pode sugerir classificações que contemplem aspectos visuais do grafite. Aqui, ao contrário, consideramos a *tag* de uma perspectiva enunciativa/discursiva, por se tratar de sujeitos inscritos no discurso filiado ao grafite como mídia e como escola de letramento ideológico.

4. TAG, HISTÓRIA E MEMÓRIA DISCURSIVA (MD)

No capítulo anterior, sondamos os aspectos ideológicos e discursivos da *tag* como enunciado concreto. Agora, outros conceitos devem ser averiguados para compreendermos um pouco mais da complexidade enunciativa do grafite e da *tag* como acontecimento histórico e discursivo, a fim de avançar em direção à análise do par discursivo grafite/ pichação.

4.1. TAG, PRODUÇÃO DE SENTIDO E HISTÓRIA

A respeito da história como elemento da tensão enunciativa, o pesquisador Hugo Mari (2008) propõe que o sentido é o conceito da unidade semântica em questão e que sua análise deve consolidar-se sobre três pilares: *o sentido se constrói no sistema, o sentido se constrói pelo sujeito e o sentido se constrói na história.*

A primeira concepção, *o sentido se constrói no sistema*, vai expor o debate estruturalista acerca da produção do sentido. Nesta perspectiva, o autor aborda algumas propostas de análise do processo de produção de sentido nas quais seu paradigma é o sistema – e suas vicissitudes. Aqui, os elementos disponíveis no sistema da língua e o contexto em que são utilizados são as principais ferramentas para esta análise.

Quando trata da segunda abordagem, *o sentido se constrói pelo sujeito*, é inevitável pôr em lugar de destaque o sujeito, em relação ao sistema. O sujeito – centro de todo processo de produção de sentido – é quem “decide sobre os arranjos do código, seleciona o canal, alimenta redundâncias, filtra ruídos” (Mari, 2008, p. 20), deste modo, para além das regras que o sistema pode assegurar, temos o sujeito enquanto elemento dinâmico que transcende o previsível de uma enunciação.

Assim, mesmo como destaque a ser atribuído aos fatos, à realidade (função referencial), a construção do sentido continua sendo uma atribuição do sujeito; se o destaque passa pelo arranjo estrutural de unidades lingüísticas (função metalingüística, poética), também é o sujeito que decide sobre esse arranjo; finalmente, se a ênfase recai em um dos interlocutores (função conativa, emotiva), a decisão sobre essa orientação do código é do sujeito. (MARI, 2008, p. 22).

O autor também aborda uma terceira dimensão do sentido, *o sentido se constrói na história*, na qual concebe o sentido “como resultado de configurações atreladas a uma formação ideológica específica que está submetida a uma formação social de teor mais amplo” (MARI, 2008, p. 25), ou seja, destaca que as determinações históricas são os fomentos dos usos da linguagem, são o que estabelece o que pode e/ou deve ser dito.

Isso nos motiva a pensar que se temos a *história* como pilar da enunciação devemos nos confrontar com sua discussão acadêmica a fim de melhor situá-la para os fins da linguística, em específico da análise de discurso.

3.7. O GRAFITE COMO ACONTECIMENTO HISTÓRICO

Em todas as entrevistas, visitas, conversas ou qualquer forma de contato com os sujeitos do grafite-*tagging* que este trabalho teve a oportunidade de fomentar, pudemos perceber a grande valorização que o movimento grafite capixaba outorga ao *acontecimento* de um grafite qualquer, ou de uma *tag*. Isto significa que é possível detectar claramente a relevância da materialização de um enunciado grafite como um evento histórico em que um indivíduo, num espaço-tempo dado, ousou enunciar através de uma tecnologia milenar, hoje cerceada pela legalidade. Não é possível, então, negligenciarmos este aspecto.

Entretanto, o aparelho teórico ora postulado não se associa a um *acontecimento* histórico de uma perspectiva eventual, ou clichê. Para que seja possível assumir a relevância dada ao acontecimento histórico por parte do movimento grafite capixaba, precisamos reformular nosso aparelho científico para que ele seja capaz de identificar os elementos estruturais que envolvem esse acontecimento. Ou seja, para compreender esse evento histórico em que um jovem toma uma ferramenta de pintura (*sprays* ou tinta improvisada) e com esse instrumento modifica a paisagem da cidade, é preciso estabelecer parâmetros rigorosos a ponto de serem capazes de detectar os aspectos discursivos no plano ideológico-cultural desse acontecimento.

De empréstimo do campo dos estudos da História, é possível adotar o conceito de *narrativa densificada* (SHARPE, 1992), isto é, uma noção da narrativa histórica que seja capaz de identificar as relações estruturais que atravessam um evento histórico.

Podemos citar uma narrativa densificada de um acontecimento que impactou o meio acadêmico entre historiadores e cientistas sociais o qual se trata da publicação das cartas do soldado William Wheeler, que combateu contra as tropas napoleônicas em 1815 na batalha de Waterloo, pois, ao passo que os livros de história trazem como protagonista deste fato político o Duque de Wellington, comandante da tropa britânica vencedora, a história nova surpreendeu o quadro histórico dos documentos oficiais com diversas informações extraídas das cartas pessoais de um simples soldado as quais, tomadas como materialidade do discurso, enquanto *corpus*, evidenciam elementos estruturais não visualizados pela história oficial.

Durante as duas últimas décadas, vários historiadores, trabalhando em uma ampla variedade de períodos, países e tipos de história, conscientizaram-se do potencial para explorar novas perspectivas do passado, proporcionado por fontes como a correspondência do soldado Wheeler com sua esposa, e sentiram-se atraídos pela ideia de explorar a história, do ponto de vista do soldado raso e não do comandante. (SHARPE, 1992, p. 40)

Para Sharpe, a narrativa densificada pelos aspectos estruturais, ideológicos e culturais, associada à expansão da noção de documento histórico, permite ao pesquisador compreender a sociedade de um espaço-tempo como um todo, não só as motivações individuais para um acontecimento. Além disso, permite romper o ciclo da história narrada pelas classes dominantes, com a formulação do que chamou de uma história “vista de baixo”.

A história vista de baixo cumpre ao menos duas funções importantes à narrativa histórica (completamos, à narrativa histórica moderna): a primeira é servir como “correctivo à história da elite” (SHARPE: 1992, p. 53), porque demonstra a história contada de outros pontos de vista e perspectivas culturalmente definidas e a segunda é que esta abordagem tem condições de promover uma síntese mais rica da compreensão histórica, promovendo assim uma “fusão histórica da experiência do cotidiano das pessoas com a temática dos tipos mais tradicionais de história” (SHARPE, 1992, p. 54).

Diante deste aparelho teórico constituído pela Linguística Discursiva, a qual segue enriquecida pela compreensão do espaço-tempo conforme estudos acadêmicos da História, o que nos leva a pensar o sujeito como entidade inscrita na ideologia para produzir o discurso, adotamos a concepção da história vista de baixo, pois, ao passo

que os sujeitos se inscrevem na ideologia pela linguagem, o discurso se torna realidade material da cultura e testemunho das relações sociais. Ou seja, assim como o discurso está atravessado pela ideologia, o testemunho das cartas do soldado Wheeler está atravessado pela estrutura que dominou seu tempo, isso significa que para além da síntese promovida pela narrativa densificada, outro aspecto da história nova que vai de encontro aos estudos da linguística discursiva é ampliação da noção de documento histórico que, assim como o reconhecimento da heteroglossia da história, promove a desierarquização do discurso, assim cada peça material da realidade (que nós chamamos de enunciado concreto e os historiadores de documento histórico) está envolvida numa rede específica de ideologias que lhe afetam, cabe ao historiador, assim como ao analista do discurso – obviamente, cada um com seu propósito –, enxertar o acontecimento de elementos estruturais identificados por um aparelho teórico rigoroso.

Aqui, tomamos a *tag* como documento histórico de uma visada “de baixo”, isto é, em harmonia com a voz dos que falam o contrário do que dizem as instituições mais poderosas. Isso se reafirma, pois o foco desta pesquisa é analisar os enunciados concretos (*tags*) coletados na Grande Vitória-ES através de câmera fotográfica própria (especificamente, nos seguintes municípios: a capital Vitória, Vila Velha e Serra) e os dados culturais que foram coletados por meio de entrevistas com grafiteiros/pichadores capixabas, as quais enriquecerão nossa pesquisa no sentido de dar voz aos sujeitos, identificar-lhes sua Formação Discursiva em paralelo à sua Formação Ideológica e ao mesmo tempo reconhecer-lhes os juízos e posicionamentos ideológicos no que tange ao seu processo de aquisição de letramento pela escola do grafite-tagging.

4.3. HISTÓRIA TRADICIONAL E HISTÓRIA NOVA

Segundo o medievalista Jacques Le Goff (1995: p. 25-26), no final dos anos 1950, uma grande “comoção” – em seus termos – tomou conta do espectro das ciências humanas, sobretudo na França. Esse movimento, nomeado História Nova, mesmo nome de uma coleção de ensaios de Le Goff, inspirou-se na revista *Annales: éco-*

nomies, sociétés, civilisations fundada em 1929 por Marc Bloch e Lucien Frevre (BURKE, 1992: p. 17).

Conforme Burke, essa concepção de história se opôs ao modelo conhecido como rankeano, por inspirar-se nos postulados desenvolvidos pela obra de Leopold von Ranke (1775-1886) que parece ser a concepção do acontecimento como fato político, nacional ou internacional, formador de uma linha histórica contínua, esta concepção foi chamada de História Tradicional.

Essa comoção trouxe consigo três aspectos que se direcionaram para a constituição de um novo campo do saber: a *afirmação das ciências* novas ou antigas, cujos métodos e aparelhos atravessem o saber universitário; a *renovação*, quando a busca e a proposição de novos paradigmas costuma ser acompanhada pela adjunção dos epítetos novo ou moderno, por exemplo; e a *interdisciplinaridade*, enquanto tentativa de constituição de aparelhos científicos mais ou menos *totais* que pode ser observada no surgimento de disciplinas e ciências híbridas, como demografia histórica ou psicobiologia.

A respeito da História Nova, concepção da história no plano dessa conjuntura acadêmica, Le Goff (1995) postula alguns princípios fundantes, dentre os quais destacaremos, primeiramente, que *toda forma de história nova é uma tentativa de história total*, pois, assim como serviu à revista os *Annales* o adjetivo “social”, o adjetivo novo para as ciências humanas serve ao intuito de caracterizar uma ciência cuja metodologia busque compreender o homem em sua totalidade, abrindo caminho para a transdisciplinaridade e para o hibridismo científico; em segundo lugar, uma história que *supere a noção de fato político*, ou seja, se engaje para além do comparativismo histórico, e vise aos “motivos geográficos; (...) motivos econômicos, sociais também, e intelectuais, religiosos e psicológicos” (FEVRE *apud* LE GOFF, 1995, p. 31); e, em terceiro lugar, a *dilatação da noção de documento histórico*, por exemplo, com a inclusão de registros escritos de diversos gêneros discursivos, inclusive diários, cartas, certidões de nascimento ou casamento, etc.

Essas três características que representam o movimento descrito por Le Goff são o cerne da constituição de um novo panorama que diferencia a História Nova (HN) da História Tradicional (HT) em seis pontos, de acordo com Peter Burke (1992): o pri-

meiro deles é o fato de que a história tradicional é essencialmente política por sua influência rankeana, enquanto a história nova tem um caráter de história total, interessada por qualquer atividade humana, conforme a influência sofrida pela Revista *Annales*. O segundo ponto é que a HT se propõe uma tarefa extremamente narrativa, importando-se com os acontecimentos a serem descritos numa sequência absoluta, ao passo que a HN analisa as estruturas, isto é, importa-se com transformações estruturais nas formas de vida. O terceiro, e mais importante para este ensaio, se refere ao fato de que a HT tem uma visão histórica que releva apenas os grandes nomes do topo das pirâmides sociais, ou seja, uma visão vertical “de cima para baixo” dos acontecimentos e sua influência social por seus lugares como estadistas, políticos e generais, a HN, por sua vez, preconiza uma visão “de baixo para cima”, o que significa dizer que pessoas comuns, líderes revoltosos, etc. também construíram à sua maneira a história do tempo em que viveram. O quarto ponto é que a noção de documento histórico da HT limitava sua fonte a registros oficiais arquivados, enquanto a HN prefere valer-se de qualquer registro material que testemunhe uma fração de tempo. O quinto se refere à *pergunta do historiador* ante seu trabalho de compreender a história, se de um lado a HT deve perguntar pelo porquê do fato no plano da vontade de seus personagens de classe, do outro, a HN produz as perguntas mais variadas relacionadas a seus personagens e a suas fontes múltiplas. Por fim, o sexto ponto, trata do fazer histórico propriamente dito, de modo que a HT postula que a história deve ser objetiva, ou seja, se importar em descrever os fatos como eles ocorreram, enquanto que a HN preconiza uma história contada por diversas vozes, culturalmente relativizada.

Continuando sua análise, Burke (1992) aponta quatro eixos controversos da história nova, a saber, problemas: de definição, de fontes e métodos, de explicação e de síntese. Os *problemas de definição* ocorrem porque os novos historiadores estão avançando em território não familiar, um grande desafio é o conceito de cultura que ainda é muito vago, sobretudo em relação às diversas áreas do conhecimento, e, além desse, outros exemplos são lembrados, como o conceito de ritual e de cotidiano, ainda muito imprecisos, que impossibilitam um trabalho rigoroso para cumprir a tarefa do historiador a qual, para Burke, é relacionar o acontecimento da narrativa rankeana com a estrutura, isto é, com a perspectiva totalizante (*économies, sociétés, civilisations*) da escola de Le Goff.

O desafio para o historiador social é mostrar como ele de fato faz parte da história, relacionar a vida cotidiana aos grandes acontecimentos, como a Reforma ou a Revolução Francesa, ou a Tendências de longo prazo, como ocidentalização ou a ascensão do capitalismo. (BURKE, 1992: p. 24)

O segundo eixo trata dos *problemas das fontes* que implicam problemas de métodos, pois a abertura da noção de fonte histórica gera uma crise de leitura desses textos (nem sempre textos escritos, como registros orais ou peças arqueológicas). Isso ocorre por que antes a delimitação da fonte se dava pelos registros dos arquivos públicos, ou seja, textos para história e para historiadores. A nova história, por sua vez, aceita o desafio de compreender estes registros e, além disso, de desenvolver métodos de caráter interdisciplinar para além de suas metateorias.

O terceiro eixo aponta os *problemas de explicação* que ocorrem, pois o acordo acerca do que constituiria uma boa explicação histórica foi rompido já que os novos paradigmas são flutuantes e, sobretudo, relativizáveis. Desses problemas surgem os do quarto eixo, *problemas de síntese*, pois, para Burke, os grupos de historiadores não conseguem convergir entre si, embora consigam convergir com pesquisadores e teorias de outras áreas do conhecimento que as tocam, apesar de considerar que há um processo de sintetização ocorrendo por não haver mais radicalismos nem por parte da história nova em anatemizar o acontecimento, o fato político.

Assim como os seis pontos com os quais diferenciou a história tradicional da história nova, Burke faz perceber nos quatro eixos pelos quais critica o movimento da nova história que aquilo que considera essencial neste momento histórico é proceder à síntese da crise que nomeou “narrativa VS estrutura”, através da qual considera ser necessária ao trabalho do historiador a observação da questão da narrativa histórica, composta pelo fato político ou pelas pesquisas influenciadas pela historiografia do positivismo, tanto quanto do que ela possa implicar ou ser implicada pela estrutura de um tempo.

Com isso, Burke assume uma postura favorável à narrativa histórica desde que ela esteja *densificada*, isto é, torne-se uma narrativa que leve em conta os acontecimentos da macroestrutura e da microestrutura, a fim de confrontá-los e perceber os impactos dialéticos de uma esfera na outra simultaneamente. Assim, ao se lançar à tarefa de reconstituir um quadro histórico, um historiador pode considerar tanto seus elementos estruturais, quanto seus elementos micronarrativos que componham vi-

sões múltiplas do fato, aproximando-se das outras áreas que têm como objeto a narrativa.

Visões retrospectivas, cortes e a alternância entre a cena e a história: essas são técnicas cinematográficas (ou na verdade literárias) que podem ser utilizadas de uma maneira superficial, antes para ofuscar do que para iluminar, mas podem também ajudar historiadores em uma difícil tarefa de revelar o relacionamento entre os acontecimentos e as estruturas e apresentar pontos de vistas múltiplos. (BURKE, 1992, p. 348)

4.4. A NOÇÃO DE DOCUMENTO HISTÓRICO E A DENSIFICAÇÃO DA NARRATIVA

Quando pensamos a relação entre a *tag* e a história, podemos seguir dois caminhos, o primeiro deles é buscar reconstituir a origem da *tag* nos primórdios do movimento *Hip Hop*, como fez Souza (2011) no decorrer de seu trabalho, e o outro é tentar compreender qual a relevância de um discurso na história e qual o seu valor para a compreensão de um dado quadro espaço-temporal analisado por um historiador. Neste item, seguiremos o segundo caminho apresentado, a fim de compreender como uma ação individual de um sujeito que imprime sua marca estilizada constitui um acontecimento inserido num contexto histórico estruturado.

Nas entrevistas em que a voz é dada a esses sujeitos do movimento grafite capixaba, fica evidente que o grafite (aqui recortado através do grafite-*tagging*) é muito mais uma atitude do que um conjunto de técnicas artísticas. Na Entrevista 1 (E1), *Voodoo* e *Fredone*, artistas locais com reconhecimento em nível nacional, falam ao programa local *Tardes Infinitas* da Rádio Universitária (FM, 104.1) que o grafite é a ação de ir a um espaço originalmente não destinado à comunicação, com ou sem autorização do proprietário, a fim de expressar algo que esse sujeito considere interessante, por seus princípios artísticos ou políticos. Essa concepção parece ser um consenso no movimento capixaba, já que os grafiteiros *Zed* e *Beicon* - que preferem ser chamados de pichadores - da *crew* (em inglês: tripulação, designa grupos de grafiteiros) “*Os Belengos*”, na Entrevista 2 (E2), bem como as grafiteiras *Baby* e *Jeana*, na Entrevista 3 (E3), corroboram a visão de *Voodoo* e *Fredone*.

Isso nos permite afirmar que, se a ação é prioritária à técnica, o movimento grafite valoriza antes os aspectos do grafite como um *acontecimento*, do que como uma escola de artes plásticas, ou seja, para esses sujeitos, compor uma tela numa galeria com os traços do grafite não é grafite propriamente dito, mas no máximo uma homenagem ao grafite, este sim, praticado em sua plenitude nas ruas, sem amarras estéticas que o limitem. Isto nos permite afirmar que, para esse movimento cultural e social, a principal característica do grafite (e do grafite-*tagging*) é antes histórica, ou seja, grafitar é antes de tudo uma postura, um acontecimento histórico.

Enriquecendo sua análise com elementos que lhe permitam construir uma história que *supere a noção de fato político*, ou seja, se engaje para além do comparativismo histórico, e vise aos motivos diversos, aos “motivos geográficos; (...) aos motivos econômicos, sociais também, e intelectuais, religiosos e psicológicos” (FEVRE *apud* LE GOFF, 1995, p. 31) pelos quais os sujeitos se engajam tocamos o principal aspecto do fazer científico da História Nova, a *dilatação da noção de documento histórico*, como por exemplo, a inclusão de registros escritos de diversos gêneros discursivos como fontes históricas, superando a noção do modelo tradicional que apenas outorgava valor de documento histórico ao material oficial arquivado para este fim, pois considera que todos esses textos trazem em si, impressas, marcas da estrutura do seu tempo. O grafite-*tagging*, se tomado como documento histórico, nos permite compreender a multiplicidade de vozes que se colocam em conflito, para que consigamos cumprir ao menos duas funções importantes à narrativa histórica: a primeira é servir como “corretivo à história da elite” (SHARPE, 1992, p. 53), porque demonstra a história contada de outro ponto de vista e perspectiva cultural e a segunda é que esta abordagem tem condições de promover uma síntese mais rica da compreensão histórica, compondo assim uma “fusão histórica da experiência do cotidiano das pessoas com a temática dos tipos mais tradicionais de história” (SHARPE, 1992, p. 54).

Sendo assim, a *tag* passa a ser considerada não apenas uma assinatura ou logotipo individualizado, mas, sobretudo, um documento histórico que testemunha uma visão de mundo subalterna, no contexto de um acontecimento cuja análise envolve uma narrativa densificada por elementos estruturais, na esteira de um fazer histórico “visto de baixo” (SHARPE, 1992).

4.5. TAG E MEMÓRIA DISCURSIVA (MD): DISCURSO E IMPLÍCITO

Segundo Paveau (2005, p. 01-03), o conceito de memória discursiva foi cunhado por Courtine em 1981, a partir das pesquisas em torno de Pêcheux e da revista *Langage* quando a derrocada estruturalista e a terceira fase da Análise de Discurso (AD) em que o saber histórico se encontra com o saber linguístico.

Para Courtine, “a noção de memória discursiva diz respeito à *existência histórica do enunciado* no interior de práticas discursivas regradadas por aparelhos ideológicos” (2009, p. 105 -106, grifo no original). Relacionada com as FD's, as quais apresentam seus discursos na esteira do que pode e deve ser dito, proporcionando estabelecer fronteiras, desigualdades e semelhanças entres os discursos, a memória discursiva seria o reservatório de todos esses processos e campos associados inscritos necessariamente, seja no plano dos efeitos de sentido concomitantes, seja na pluralidade dos tempos históricos.

Para a autora Paveau (2005, p. 01-03), por sua vez, a *memória no discurso* (termo cunhado pela própria) não é inata e nem depositada no espírito individual, mas sim, dependente da experiência e do contexto, desenvolve, aprofunda e até forma uma espécie de alternativa à noção de Formação Discursiva (FD), pois situa o discurso na história, integrando os tempos da memória, sejam eles curtos ou longos, ao estudo do discurso enquanto materialidade.

Aponta ainda que o conceito de *memória discursiva* sofreu alterações que o enfraqueceram a despeito de tentar fazê-lo evoluir. O primeiro desses enfraquecimentos é a *desistorização* do termo, uma vez que correntes como a pragmática de Berrendonner consideram que a memória trata-se do conjunto de saberes partilhados no ato da troca conversacional, por exemplo, negligenciando aspectos históricos e ideológicos da memória discursiva. O segundo é a *psicologização* presente em pesquisas, em particular cognitivas, que consideram o fenômeno de memória no seu aspecto como uma espécie de enciclopédia mental limitada à cabeça dos indivíduos de modo que os aspectos social, coletivo e histórico ficam obnubilados. E o terceiro enfraquecimento, por sua vez, *uma evolução do discurso enquanto objeto* que nega a

historicidade ao discurso ordinário, outorgando mais ancoragem na história aos discursos eruditos ou especializados do que aos primeiros.

Para Pierre Achard (1999), o implícito está no plano da estruturação do discurso enquanto materialidade de certa memória social, o que significa que ele outorga ao implícito, enquanto categoria semântica, a função de armazenar o conteúdo da memória. O autor ainda supera a noção de repetição pela de regularização, considerando que a cada nova ocorrência de um enunciado o contexto enunciativo imprime sobre ele aspectos semânticos próprios e que apesar de conter diferenças entre um enunciado e outro deve haver uma regularidade entre essas ocorrências verificável por meio do seu inventário que, em seguida, permite designar os tipos de implícito com os quais se relacionam.

Para Pêcheux, que corrobora a leitura de Achard, é por meio do processo de *regularização* que a repetição de itens lexicais ou de enunciados torna-se um efeito material de sentido para assegurar a “estabilidade de uma vulgata parafrástica produzida por recorrência” (PÊCHEUX, 1999, p. 53). Mas cabe lembrar que esse jogo é dialético e que, assim como Maradin aponta, é possível caracterizar uma divisão material de um item ou de um enunciado, pois sob o mesmo também repousa o jogo da metáfora como “possibilidade de articulação discursiva” (PÊCHEUX, 1999, p. 53).

Para o autor, o efeito de opacidade correspondente ao atrito entre o mesmo e a metáfora marca o momento em que os implícitos não são mais reconstrutíveis e ainda afirma que é muito provável esta opacidade ser a razão pela qual a AD vem se distanciando da proposição, da frase e da estabilidade parafrástica, a fim de interrogar “os efeitos materiais de montagens de sequências” (PÊCHEUX, 1999, p. 53) sem que para isso seja obrigatório analisar antecipadamente sua significação ou suas condições de interpretação.

Pêcheux ainda conclui seu artigo afirmando que a memória não se trata de um elemento estável, homogêneo, transparente e com fronteiras bem definidas, mas um espaço complexo, móvel, cheio de desdobramentos e contradições, como segue:

A certeza que aparece, em todo caso, no fim desse debate é que uma memória não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço mó-

vel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, **de conflitos de regularização**... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos. (PÊCHEUX, 1999, p. 56, grifo nosso)

Marie-Anne Paveau parece inaugurar uma nova concepção de memória discursiva que conjuga os elementos históricos e sociais ora discutidos com os estudos de cognição sociocultural, a fim de propor uma concepção cognitivo-discursiva para a memória.

A cognição social desenvolveu-se no contexto anglo-saxão acumulada pelos estudos de cognição situada (Suchman, Roschelle), partilhada (Resnich, Shegloff) e distribuída (Hutchins, Agre). A autora se situa no plano da terceira perspectiva apontada e define o conceito de *distribuição* como sendo uma perspectiva renovada da noção de contexto a qual é considerada por Paveau vaga e acusada de esvaziamento, sobretudo no que se refere à sua concepção pragmática.

Para a autora, a noção de distribuição se mostra interessante, pois sintetiza os elementos cognitivos individuais, isto é, os processos de saber que se ocorrem por meio de sinapses eletromagnéticas no aparelho neurológico e suas imbricações junto aos elementos socioculturais do mundo externo adquiridos através da experiência e da *mímesis* social, acrescentando-lhes que além dessas duas esferas ainda há que se considerar o *ambiente* situacional da enunciação, no que tange à construção e à transmissão de informações inscritas nas ferramentas cognitivas utilizadas. Ela cita como exemplo a pesquisa de Prandi que demonstra como pilotos de avião armazenam informações valendo-se de recursos e artefatos que vão desde um simples bloco de notas aos mais sofisticados recursos informatizados.

Reconhecimento, laços de memória e emoções: eis aqui rapidamente esboçado o retrato de nossa memória cognitivo-discursiva. Reconhecemos facilmente que essa forma de “reconstrução”, longe de ser uma estéril e mecânica aplicação de elementos linguageiros pré-formatados, ou uma re-coleção de lembranças embalsamadas, é um verdadeiro modo de configuração do mundo discursivo. (PAVEAU, 2005, p. 07)

Para articular o plano discursivo ao cognitivo, a autora propõe três dimensões para a memória: a *dimensão da reconhecida* (ou re-conhecimento) que reúne aspectos de um processo cognitivo em que versões e organizações do mundo são criadas e ancoradas no sujeito; a *dimensão dos laços memoriais* que reúne o acúmulo discursivo diacrônico de modo que os ancestrais aparecem como “agentes humanos de distri-

buição, tal como o conjunto de ‘lugares da memória’ discursivos ou artefatuais que mantêm a transmissão” (PAVEAU, 2005, p. 07); e, por fim, o plano das *memórias, discurso e afetos* em que a memória discursiva apresenta seus estados mentais e afetivos que se reconfiguram no processo de reconhecimento.

A inovadora contribuição de Paveau para os estudos de memória discursiva figura como saudável alternativa de síntese entre correntes de estudos até então divergentes, sobretudo por se tratar de uma concepção que promove assimilações críticas que reparam arestas teóricas deixadas por essas correntes.

É evidente que essa síntese é produtiva aos estudos de AD, pois, embora traga elementos não apontados por esta escola, essa renovação conceitual não corrompe as ideias iniciais da escola de autores como Pêcheux e Courtine, reafirmando a importância dos aspectos sócio-históricos para uma memória discursiva, o que permite compreender elementos até então negligenciados sem incorrer no esvaziamento da desistorização ou mesmo da psicologização.

Além disso, Pierre Achard (1999) confere ao *implícito*, enquanto categoria semântica, a característica de estar no plano da estruturação do discurso como materialidade de certa memória social, o que significa dizer que ao implícito cabe a função de armazenar o conteúdo da memória. O autor ainda supera a noção de repetição pela de regularização, considerando que a cada nova ocorrência de um enunciado, o contexto enunciativo imprime sobre ele aspectos semânticos próprios, mas que, apesar de haver diferenças entre um enunciado e outro, há também uma regularidade entre essas ocorrências, verificável por meio do seu inventário que, em seguida, permite designar os tipos de implícito com os quais se relacionam os discursos.

Desse modo, além de considerarmos o grafite-*tagging* como documento histórico necessário a uma narrativa social densificada por vozes múltiplas, compreendemos que a *tag* possui ainda um implícito referente à concepção de espaço público que ela traz. Na Entrevista 1 (E1), Marcelo Voodoo questiona a criminalização do grafite, ante à poluição visual provocada pela indústria da propaganda, isto é, para os sujeitos do movimento grafite-*tagging*, a proibição da prática do grafite trata-se antes de um problema de acesso aos meios de comunicação do que de preservação do patrimônio urbano, como postulado pelos críticos à “pichação”.

Para os grafiteiros, o fato de a propaganda ter a permissão de intervir em meios de grande alcance visual na cidade, como *outdoors*, muros de avenidas movimentadas, e até em placas afixadas que às vezes tomam uma lateral inteira de um arranha-céu, a despeito da proibição da expressão individual livre do grafite, significa que a ordem do capital determina inclusive nossa aptidão ao que ver diariamente, ou seja, se é permitido que alguém possuidor de uma quantia de dinheiro pague para utilizar um espaço que afeta toda a coletividade urbana com a finalidade de vender um produto, trata-se de uma contradição e, sobretudo, uma opressão que o Direito criminalize ações de expressão individual de alguém que intervém na sociedade com a própria intenção estético-expressiva sem que essa pessoa concorde em pagar por esse espaço. *Eis aí o implícito da tag: toda vez que uma tag é impressa, além de um sujeito gravando seu nome, há uma contestação ao modo de reprodução cultural capitalista sendo reafirmada para os sujeitos deste campo discursivo.*

4.6. TAG E SIMULACRO

Para compreendermos o que vem a ser o simulacro, é saudável que antes nos detenhemos ao conceito de interdiscurso, conforme pensado por Maingueneau (2008) o qual postulou que há um conflito na raiz do discurso – por sua concepção polifônica (Ducrot) e dialógica (Bakhtin) –, pois considera que os conflitos interdiscursivos ocorrem no interior dos intradiscursos, ou seja, é no Mesmo que o Outro se constitui e não fora dele.

Assim, o Outro não deve ser pensado como uma espécie de “invólucro” do discurso, ele mesmo considerado como invólucro de citações tomadas em seu fechamento. (...) Ele se encontra na raiz de um Mesmo sempre já descentrado em relação a si próprio, que não é em momento algum passível de ser considerado sob a figura de uma plenitude autônoma. (MAINGUENEAU, 2008, p. 37)

Para Maingueneau (2008), pois, o *simulacro* é a construção que um discurso faz de seu Outro, uma vez que necessita constituir-se como Mesmo e reafirmar-se a despeito de um Outro contra o qual não pode se confrontar diretamente. O autor utiliza o termo *tradução* para se referir ao que faz o Mesmo com o Outro: ao constituir-lhe um simulacro, trata-se de uma tradução semântica que funciona como uma espécie de ilusão de ótica que apresenta o Outro tal qual convenha ao Mesmo.

Essa relação conflituosa entre o Mesmo e o Outro se funda na *polêmica* como uma maneira de introduzir o outro, mas introduzi-lo de forma que ele já entre anulado pelo que o Mesmo tenha distorcido dele, isto é, refratado pelo simulacro.

A polêmica aparece exatamente como uma espécie de homeopatia perversa: ela introduz o Outro em seu recinto para melhor afastar sua ameaça, mas esse outro só entra anulado enquanto tal, simulacro. Ela mantém, pois, um duplo laço com o simulacro: pelo fato de que ela mesma é apenas um simulacro de guerra, como o indica seu nome, uma guerra de papel; e pelo fato de que ela não cessa de traduzir o Outro em seu próprio simulacro. (MAINGUENEAU, 2008, p. 37)

Assim, partimos para a descrição do discurso que atravessa a *tag* e seu respectivo simulacro. Uma tentação em descrever o discurso dominante e o simulacro formado a partir dele acometeu a esta pesquisa, mas logo foi rejeitado por configurar um engodo, já que temos pesquisado o movimento grafite-*tagging* e não o discurso dominante. Partir desse segundo torna-se um erro na medida em que conhecemos o primeiro através do rigor científico, pensando-lhe os aspectos constituintes ao passo que do discurso dominante só acumulamos o senso comum.

Conforme viemos apresentando neste trabalho, acerca do simulacro do grafite *stricto sensu*, construído da parte do discurso dominante e compreendido por meio da tensão entre o Mesmo e o Outro, pode-se postular quatro aspectos da tensão entre o simulacro da *tag* enquanto gênero discursivo. O primeiro deles é que o movimento grafite capixaba apresenta a concepção de muro como espaço público, contando com uma crítica à concepção de muro enquanto espaço privado. Não se trata da crítica marxista-leninista à propriedade privada que a condena à expropriação por parte do Estado, para conduzir a sua posterior e, até então utópica, situação comunal, antes disso, através da *tag*, temos uma afirmação humanista de um abrandamento dessa crítica. Ambos os conceitos têm em comum a propriedade privada como inimiga, mas ao passo que o marxismo-leninista postula seu fim, o movimento grafite-*tagging* apenas lhe exige a cessão (negociada ou não) da parte de externa do muro a qual as legislações de posturas municipais brasileiras conferem direitos e responsabilidades ao proprietário.

O segundo desses aspectos é a concepção da expressividade como direito gratuito da pessoa humana, ao passo que o simulacro da *tag* apenas outorga a permissão à exibição de seu discurso aos sujeitos que investiram recursos financeiros previamente-

te à obtenção do direito de enunciar, através da publicidade. Desse aspecto decorre o terceiro, evocado como um silogismo do segundo, em que afirma que se a liberdade de expressão é cerceada pela questão financeira, imposta por um mercado que exclui os pobres do lugar de enunciadores, então a *tag* é contrária às desigualdades sociais, ao passo que o simulacro é favorável à manutenção das desigualdades sociais do sistema capitalista contemporâneo.

E, por fim, o quarto desses aspectos é a concepção que o grafite-*tagging* traz a respeito do grafite como expressão milenar, iniciada nas pinturas rupestres, tal como definida neste trabalho, em contradição à noção de pichação, ostentada pelo simulacro, que visa a deslegitimar a liberdade individual, acusando-a de depredação, vandalismo, escrita indecifrável. Esse aspecto apresenta-se como o mais importante para este trabalho não só por configurar um problema discursivo e ideológico, mas por que essa contradição chega a impor um problema lexical colocado à sociedade brasileira. O movimento grafite-*tagging* capixaba é coeso no que tange sua filiação ao conceito de *grafite* como qualquer expressão individual livre em espaços não planejados, mas há pequenos focos de capitulação ao simulacro no Brasil, por parte de artistas de classe média que intentam comercializar a técnica do grafite-*tagging*, e para que isso aconteça, adotam o conceito de *pichação* e a dicotomia grafite/pichação, pertencente ao simulacro, para se diferenciar da concepção geral deste movimento social.

Desse modo, o discurso que sustenta o conceito geral de grafite, direta ou indiretamente, remonta à *tag* enquanto discurso de autoafirmação da liberdade individual num plano ideológico, ao passo que o simulacro, através do vocábulo *pichação*, imprime no discurso uma série de valores opressores como o *legalismo* presente na abominação a qualquer intervenção sobre as cores impressas na cidade por agentes criativos ou o *utilitarismo* da arte que acusa toda intervenção que não preconize “enfeitar” um espaço de estar vandalizando o *locus*.

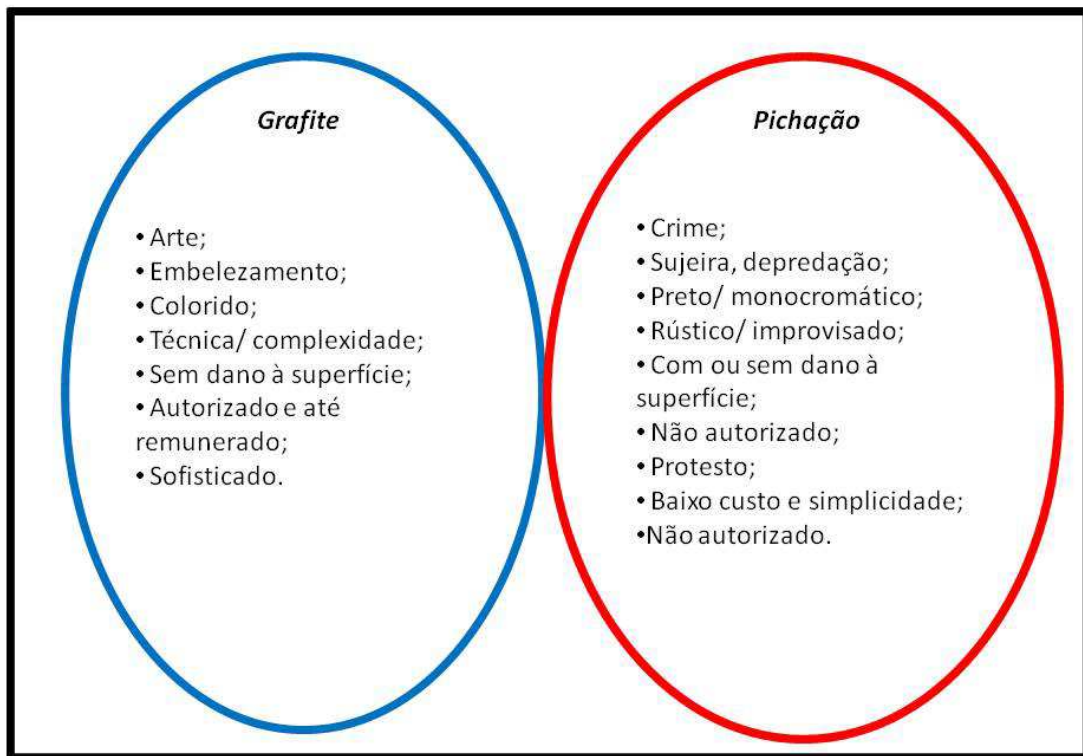
5. CONCLUSÕES

O problema sobre o qual se pesquisou neste trabalho envolve interrogativas a respeito da subjetividade de um grupo de brasileiros que pratica o grafite – no caso, o grafite *stricto sensu*, como aqui definimos. Mas, como responder a essas interrogativas e como essas respostas podem auxiliar na compreensão do fenômeno discursivo materializado pelo gênero *tag*?

Nos capítulos anteriores, visamos a uma exposição do grafite (em sentido *lato*) como mídia e tecnologia milenar e, também, do grafite-*tagging* (*stricto sensu*) como escola de letramento. Essa exposição foi desenvolvida a partir da análise discursiva da *tag*, numa perspectiva teórico-prática em que o avanço da exposição foi paralelamente proporcional à elaboração do referencial teórico da linguística discursiva no cap. 3, todo esse trabalho foi preciso para que no cap. 4 solidificássemos o conceito de história o qual tanto se reporta a Análise de Discurso francesa.

Agora, cabe-nos de fato desenvolver o que nos trouxe aqui, ou seja, é chegada a hora de responder à pergunta “como a sociedade capixaba (brasileira) usa duas palavras para dizer *graffiti*?” Isso será realizado adiante em três momentos: no primeiro, analisaremos o quadro 2, que representa o discurso do senso comum, materializando a dicotomia grafite VS pichação, no seguinte, analisaremos o quadro 3, que representa a concepção ideológica do movimento grafite e, no final, proporemos um quadro explicitando *como* se dá correlação de forças do jogo discursivo a respeito do assunto em que o senso comum silencia o movimento grafite.

Primeiramente, vamos apresentar o Quadro 2, que representa a concepção do senso comum brasileiro em cuja formação discursiva encontramos a sustentação da dicotomia grafite VS pichação.



Quadro 2: dicotomia grafite VS pichação, formação discursiva do senso comum capixaba (brasileiro).

Entendendo as formações discursivas como conjuntos de motivação ideológica que proporcionam a constituição de sujeitos por meio do uso da palavra, observamos que esses vocábulos, enquanto enunciados concretos da língua, materializam uma série de aspectos acerca da identidade desses sujeitos os quais são subjacentes à memória discursiva por eles evocada. Assim podemos perceber que esse par materializa, no plano discursivo, um conflito ideológico presente nas cidades brasileiras que toca a questão do direito de “aparecer” no espaço urbano, isto é, a quem é permitido promover a si e a seus ideais e como isso deve acontecer uma vez que há toda uma indústria da informação e do *marketing*.

Em conformidade com a legislação brasileira, essa formação discursiva visa a seccionar o que considera legítimo, um tal estilo “grafitagem”, que nasceu nas ruas de Nova Iorque e que por sua vez é uma expressão artística com a finalidade de embelezar, daquilo que não considera legítimo, qualquer intervenção desautorizada, mesmo bem elaborada, sobretudo se não apresenta o fator estético harmônico e colorido. Ao primeiro grupo chamou de “grafite” (conexão à palavra *graffiti* na língua inglesa) e, ao segundo, de “pichação”, palavra brasileira derivada de *piche*, material

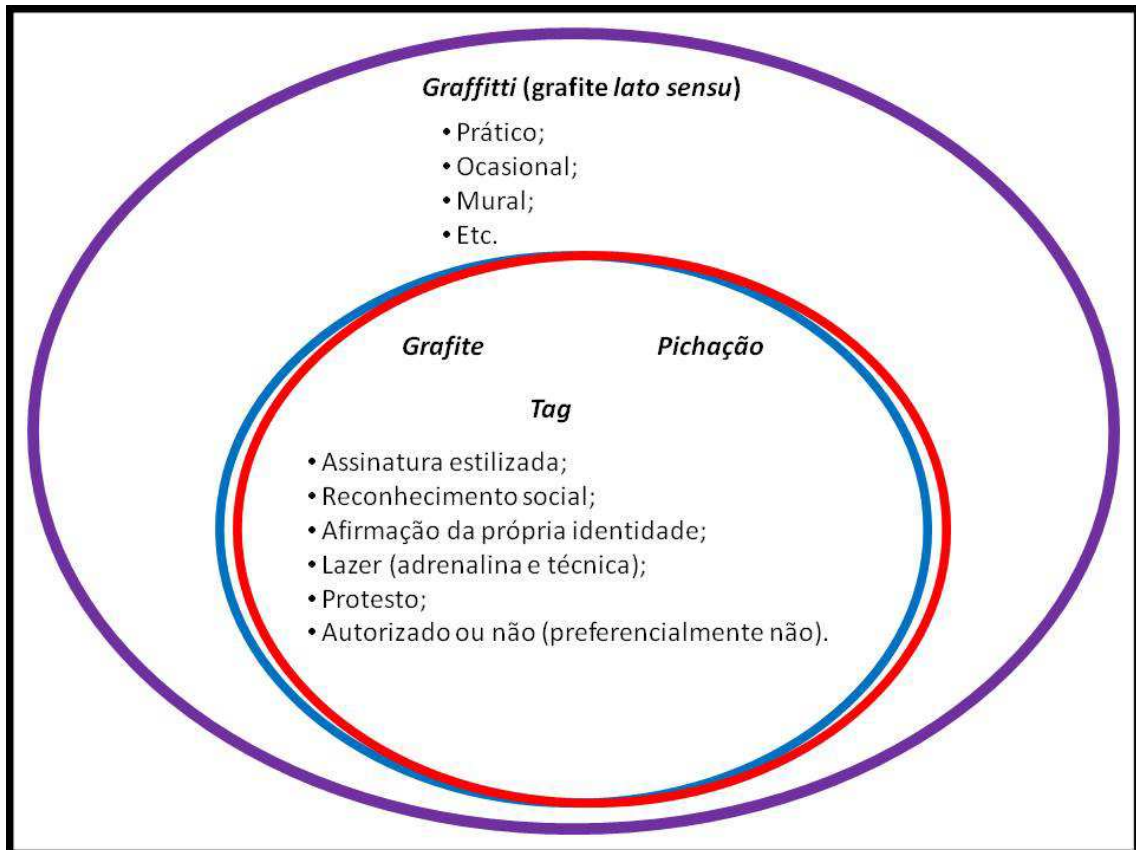
líquido de coloração preta, altamente adesivo, utilizado em obras da malha rodoviária.

Essa concepção é adotada pelas principais instituições agentes da elite brasileira: o Estado que, por meio de seus aparelhos ideológicos como a polícia e a escola, aplica os aspectos legais de um flagrante delito, enquadrando desde crimes ambientais até crimes contra o patrimônio público ou privado, e ainda instrui esses conceitos dicotômicos, reproduzindo uma visão de mundo sem classe; e a mídia que, em escala até muito maior que a escola, doutrina a visão de mundo das massas com suas matérias tendenciosas.

Além disso, a forte adesão da classe média capixaba (brasileira) está intimamente imbricada aos interesses do setor imobiliário e da indústria da mídia legalizada (*outdoors*, comerciais, rádio, etc.) os quais atuam fortemente na esfera discursiva a partir de interesses comerciais exclusivamente particulares, a fim de valorizar ou desvalorizar certa área a despeito os impactos dessas ações na vida da comunidade que ali reside ou trabalhe.

Ainda, podemos notar que essa concepção discursiva divide seu campo semântico em dois grupos, sendo que um deles gira em torno do vocábulo “grafite” e evoca a termos como arte, beleza, ofício e propriedade, ao passo que o outro campo, elaborado em torno do vocábulo “pichação”, evoca a termos como crime, sujeira, vandalismo, punição, desrespeito e prejuízo.

No entanto, conforme acumulado até aqui, a motivação para essa pesquisa nasceu do contraste entre a formação discursiva do senso comum e a concepção apresentada pelo movimento grafite capixaba o qual, em reação ao radical posicionamento e à constante reafirmação do dualismo grafite VS pichação, propõe o seguinte quadro:



Quadro 3: formação discursiva do movimento grafite capixaba.

Dessa perspectiva, a simplória dicotomização transforma-se numa elaboração complexa em que um plano mais amplo é estabelecido. Esse plano é predominantemente chamado de *graffiti*, agora de uma perspectiva etimológica mais extensa (remon-tando à *graphium* – latim – e a *graffito* – italiano, com plural *graffiti*), e foi classificado nessa pesquisa como grafite *lato sensu*, trata-se do aspecto milenar do grafite em que ele é tomado como uma mídia antiquíssima pela qual se promove troca imediata de informação.

Figuram no grupo do graffiti, isto é, do grafite *lato sensu* desde as inscrições de autoafirmação pessoal, como escrever seu nome e do seu(sua) namorado(a) na parede da escola – passando pelas intervenções de cunho sexual muito comuns em portas de banheiro público –, até intervenções profissionais e/ou práticas, como oferta de produtos e serviços, marcação territorial da parte dos agentes de saúde, ou sinalização de uma garagem. Ainda, intervenções de caráter ideológico são bem comuns, sobretudo advindas do campo discursivo religioso ou do político, bem como manifestações artísticas, isto é, estético-expressivas.

Além disso, no quadro 3, percebemos que no interior do grafite *lato sensu* não ocorre a dicotomia grafite VS pichação, mas, ao invés disso, esses termos são de tal maneira amalgamados que conseguem formar um único conjunto, denominado grafite-*tagging* ou grafite *stricto sensu*, no qual os vocábulos grafite e pichação flutuam entre tantos outros termos que orbitam em torno da centralidade ocupada pela *tag*, assinatura estilizada, enquanto principal gênero discursivo praticado por essa comunidade.

A *tag*, por sua vez, ocupa lugar central no grafite-*tagging* (assim como o próprio nome da modalidade indica) e é para ela que são direcionados os maiores esforços no que tange à constituição do sujeito no discurso, materializado no grafite *stricto sensu* como escola de letramento ideológico. Esse magnetismo exercido pela *tag* faz com que as principais experiências do grafite (seja como acontecimento histórico, seja como efeito de sentido entre locutores) passem pelo aprendizado e reprodução desse gênero, e, por isso, ela foi tomada aqui como gênero do discurso principal a ser analisado.

A partir dessa análise, anotamos seis “argumentos” que subjazem à *tag* enquanto enunciado concreto, justificando sua presença no espaço social, no que tange seu sentido e sua recepção controversa. O primeiro desses postulados é a própria definição da *tag*, pois, ao esclarecer que se trata de uma *assinatura estilizada*, pretende-se concluir que o receptor considere que um grafite em qualquer grau de acabamento deve ser tomado como um evento de enunciação no discurso e na história, da parte de um sujeito que apresenta um processo de construção de estilo próprio, como qualquer artista (mesmo que o objetivo desse sujeito não seja uma catarse positiva). Do entendimento da *tag* como assinatura, decorrem também o segundo e terceiro argumentos que defendem a autoafirmação da *tag*, respectivamente, porque se trata de um processo de *reconhecimento social*, principalmente entre os pares do movimento, e porque, ainda, proporciona a *afirmação da própria identidade* periférica diante do modelo econômico imposto pelo sistema capitalista de consumo.

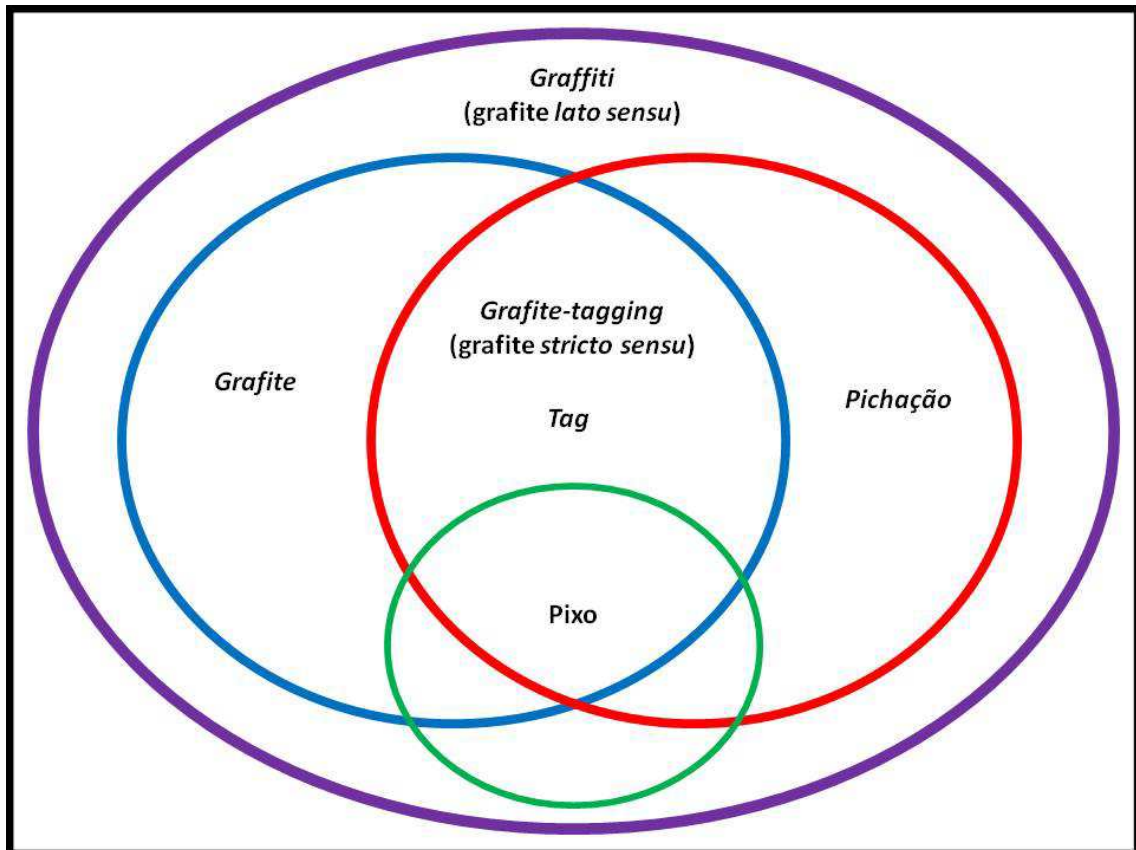
Também são considerados, em quarto lugar, o *lazer*, uma vez que a adrenalina em se fazer algo proibido e/ou o próprio processo de ensino-aprendizagem de elaboração e complexificação dos traços estilísticos consiste num passatempo; em quinto, o

fato de que esta mídia serve bem ao interesse do sujeito crítico que deseje materializar seu *protesto* de maneira anônima e impactante; e, finalmente, em sexto, a *compreensão do muro como espaço público*, ao menos no que tange sua face externa, justificando-se que, embora os direitos e deveres legais apliquem-se ao proprietário, é à sociedade que pertence o que está voltado para seus olhos, enquanto enunciação.

Desse sexto argumento, decorrem duas concepções ideológicas pertinentes de menção: uma diz respeito à noção de coletividade no que se refere à comunicação de massa, a despeito da imposição do modelo individualista, totalmente privado, por parte das instituições brasileiras de comunicação; e a outra, refere-se à crítica que o movimento grafite faz contra a publicidade visual na cidade, em que cartazes, faixas, *outdoors* e muito mais resultam numa poluição visual legalizada e inquestionável, porque, sendo taxada, trata-se de uma comunicação a serviço dos interesses de alguma elite, ao passo que grafite (*tag*), ao contrário, é livre, acessível a qualquer pessoa, gratuito.

Compõem o movimento grafite capixaba, predominantemente, pesquisadores a respeito do assunto, sobretudo na esfera acadêmica, e trabalhadores em setores ligados à promoção de eventos culturais e políticas afirmativas para a juventude, bem como jovens, de uma maneira geral, da periferia da Grande Vitória- ES e universitários dos cursos de ciências humanas, de letras e de artes.

Sendo assim, considerando que os quadros 2 e 3 mostraram os discursos, respectivamente, do senso comum e do movimento grafite capixaba e também que cada uma dessas concepções de mundo determina na realidade, alcançamos por meio da síntese dessas análises a compreensão dos conflitos ideológico-discursivos em torno do grafite, de maneira que possamos afirmar que o discurso acerca do grafite funciona em conformidade com o quadro 4:



Quadro 4: funcionamento discursivo do campo semântico do grafite.

Nesse quadro, consideramos a existência de um conjunto maior *graffiti (lato sensu)*, uma vez que admitimos uma diferença entre a prática ocasional do grafite e sua prática ideológica. Essa segunda prática é interior ao grafite e a chamamos de *grafite-tagging (stricto sensu)*.

Ao contrário da formação discursiva do senso comum (quadro 2), que secciona grafite de pichação, e também do movimento grafite (quadro 3), que visa a abafar esse dualismo abolindo a dicotomia, o que pudemos notar na realidade foi que a tensão entre essas duas leituras de mundo resulta num esquema mais complexo em que coexistem tanto a dicotomia, quanto sua negação. Percebemos que existe uma relação antitética entre grafite e pichação, pois, vinda do senso comum, até para negar essa dicotomia é preciso conhecê-la. Dessa forma, continuamos concordando que *tag* ocupa lugar central no movimento grafite capixaba (brasileiro), não por que a diferença entre o grafite a pichação não exista, mas, sim, porque sua relevância enquanto principal instrumento de materialização do discurso extrapola todas as formas de imposição da dicotomia enunciada pelas classes dominantes.

No entanto, note-se que ao contrário do quadro 3, aqui, o grafite-*tagging* se constitui na interseção entre o grafite e a pichação, isto é, entre a arte e o vandalismo. Isso representa a dupla propriedade do grafite *stricto sensu* em que tanto o fator estético quanto o fator subversivo se conectam de modo que todo um aparato discursivo sustente essa modalidade em meio ao par grafite VS pichação.

Outro elemento que destacamos é a presença do movimento *Pixo*, o qual se configura e organiza de maneira semelhante ao movimento *Hip Hop*, porém apresenta uma história de origem nacional, um estilo inspirado na grafia dos alfabetos bárbaros adotados por bandas de rock e uma concepção inclinada a assimilar a carga pejorativa da palavra pichação, reconhecendo-se como promotor de atos de vandalismo. Todavia, apesar dessas diferenças, ambos os movimentos convivem e se respeitam no espectro do grafite-*tagging* brasileiro.

Para compreender esse jogo discursivo, conforme representado no quadro 4, foi preciso investigar além da opacidade da linguagem e do discurso, a fim de perceber quantos e quão amplos são os conceitos para além do par grafite VS pichação. Notamos, acima de tudo, que o jogo de negação dessa dicotomia, proposto pelo movimento grafite capixaba, consiste numa reação ao silenciamento imposto por esse dualismo.

Tomando o quadro 4, é possível chegar novamente ao quadro 2, para isso basta “anular” a existência dos seguintes conjuntos: o maior deles, grafite *lato sensu* (cor violeta), a interseção entre o grafite a pichação, retirando a centralidade da *tag* e ocultando o grafite-*tagging* enquanto modelo de letramento, e o conjunto *Pixo*, que emerge em meio a todos esses conflitos. Ou seja, fica evidente que é por meio da “censura” colocada pela formação discursiva do senso comum que a dicotomia grafite VS pichação se materializa na sociedade brasileira.

Essa “censura” a qual nos referimos acima se processa, em termos de Análise de Discurso, por meio do *silêncio* discursivo: terminologia estudada por Eni Orlandi para definir o silenciamento no plano dos efeitos de sentido entre locutores em duas dimensões. A primeira, diz respeito ao *silêncio fundador na linguagem*, aspecto essencial para a transmissão de enunciados semânticos concretos; e, a segunda, ao

silêncio enquanto política social, sobretudo de inibição de sentido, algo mais próximo da censura.

A diferença entre o silêncio fundador e a política do silêncio é que a política do silêncio produz um recorte entre o que se diz e o que não se diz, enquanto o silêncio fundador não estabelece nenhuma divisão: ele não significa em (por) si mesmo. (ORLANDI, 2010, p. 73)

O dualismo grafite VS pichação, por sua vez, como acumulado até aqui, é o dito que silencia todos os outros não-ditos por sua política inerente de *silenciamento*. Apesar disso, como vimos demonstrando até aqui, os movimentos sociais que apresentam outras posições discursivas também têm seus maquinários de propagação ideológica.

REFERÊNCIAS

ACHARD, P. **Memória e produção discursiva do sentido**. In: PÊCHEUX, M. & ORLANDI, E. (Org.) **Papel da memória**. Campinas-SP: Pontes. 1999.

ALMEIDA, J. **Textualidades contemporâneas: palavra, imagem, cultura**. Vitória, ES: EDUFES, 2012.

ALMEIDA FILHO, J. C. P. de. **Linguística Aplicada, Ensino de línguas e comunicação**. 4ª ed. Campinas – SP: Artelíngua, 2011.

BAKHTIN, M. M. **Estética da criação verbal** 6ª ed. rev. São Paulo: Martins Fontes, 2011. p. 261-306.

_____ **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. 12ª ed. - São Paulo: Hucitec, 2006.

_____ **O freudismo: um esboço crítico**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

_____ **Problemas da poética de Dostoiévski**. 5ª ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

BIANCHET, S. B. & REZENDE, A. M. **Dicionário do latim essencial**. Belo Horizonte, MG: Crisálida/ Tessitura, 2005.

BURKE, P. **A Escrita da História**. São Paulo – SP: Editora da Unesp. 1992.

BROWN, H. D. **Principles of language learning and teaching**. 5ª ed. New York: Pearson Logman, 2007.

CALÓ, F. C. Questões etimológicas sobre os termos: grafite e pichação. In: III Fórum de Pesquisa Científica em Arte, Escola de Música e Belas Artes do Paraná, Curitiba, 2005.

Disponível

In:

<http://www.embap.pr.gov.br/arquivos/File/anais3/flavia_caloo.pdf>

COURTINE, J-J. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos – SP: Edufscar. 2009. pág. 99 – 121.

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL/ES. **Caderno D:** revista de cultura do Diário Oficial do estado do Espírito Santo: 2013. Ano II, n. 15, 16 p. maio/jun. 2013.

ENTREVISTA 1: Rádio Universitária, 104,1, Programa Tardes Infinitas. Disponível em: <<http://www.mixcloud.com/tardesinfinitas/o-lugar-do-grafite-discutido-no-programa-tardes-infinitas-no-dia-220213/>> Acesso: 12/04/2013.

ENTREVISTA 2: Arquivo pessoal de Marcos Antônio Cruz de Araújo. Disponível em: <<http://grafitecapixaba.blogspot.com.br/2013/12/entrevista-2.html>> Acesso: 13/12/2013.

ENTREVISTA 3: Arquivo pessoal de Marcos Antônio Cruz de Araújo. Disponível em: <<http://grafitecapixaba.blogspot.com.br/2013/12/entrevista-3.html>> Acesso: 13/12/2013.

FERNANDES, C. A. **Análise do Discurso:** reflexões introdutórias. São Carlos: Claraluz, 2008.

KLEIMAN, A. B. **Os significados do letramento:** uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1995.

LE GOFF, J. **A História Nova.** 4ª ed. São Paulo – SP: Martins Fontes. 1995.

MAINGUENEAU, D. **Gênese dos discursos.** São Paulo-SP: Parábola Editorial. 2008.

MARI, H. **Os lugares do sentido.** Belo Horizonte – MG: Mercado de Letras. 2008.

MARTELOTTA, M. E. *Linguística.* In: MARTELOTTA, M. E. (Org.) **Manual de Linguística.** São Paulo – SP: Contexto, 2010.

MATÉRIA 1: g1.globo.com, ESTV 1ª Edição, Canal 4.1. Disponível em: <<http://g1.globo.com/espirito-santo/noticia/2013/02/multa-para-flagrante-de-pichacao-e-de-r-3-mil-em-vitoria.html>> Acesso: 18/03/2013.

MOITA LOPES, L. P. da. **Oficina de Linguística aplicada:** a natureza social e educacional dos processos de ensino/aprendizagem de línguas. Campinas – SP: Mercado das Letras, 2001.

_____ *Linguística aplicada e vida contemporânea: problematização dos construtos que têm orientado a pesquisa. In: MOITA LOPES, L. P. da. (Org) **Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar.** São Paulo – SP: Parábola, 2006.*

ORLANDI, E. P. **Análise do discurso:** princípios e procedimentos. 8ª ed. Campinas, SP: Pontes, 2003.

_____ **As formas do silêncio:** no movimento dos sentidos. 6ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp. 2010.

PAVEAU, M. & SARFATI, G. **As grandes teorias da Linguística: Da gramática comparada à pragmática.** São Carlos: Claraluz, 2006.

PAVEAU, M. **Reencontrar a memória:** Percurso epistemológico e histórico. Anais do II SEAD – Seminário de Estudos em Análise do Discurso, 2005. <<http://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/2SEAD/SIMPOSIOS/MarieAnnePaveau.pdf>> Acesso em: 12/11/2013.

PÊCHEUX, M. & ORLANDI, E. (Org.) **Papel da memória.** Campinas-SP: Pontes. 1999.

PIXO: Documentário sobre pichação e pichadores. Direção e Produção: João Wainer e Roberto T. Oliveira. São Paulo: Sindicato Paralelo Filmes, 2008. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=JjS0653Gsn8>>. Acesso em: 18/05/2015.

ROJO, R. *Fazer Linguística Aplicada em perspectiva sócio-histórica: privação sofrida e leveza de pensamento. In: MOITA LOPES, L. P. da. (Org) **Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar.** São Paulo – SP: Parábola, 2006.*

SAUSSURE, F. **Curso de linguística geral.** 17ª ed. - São Paulo: Cultrix, 1993.

SHARPE, J. **A história vista de baixo.** In: BURKE, P. A Escrita da História. São Paulo – SP: Editora da Unesp. 1992.

SILVA, Maria Cecília Pérez de Souza e; KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Linguística aplicada ao português:** morfologia. 13ª ed. - São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, Maria Cecília Pérez de Souza e; KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Linguística aplicada ao português: sintaxe**. 15ª ed. São Paulo, SP: Cortez, 2009.

SOARES, M. **Letramento: um tema em três gêneros**. 4ª Ed. Belo Horizonte. Autêntica, 2010.

SOUZA, A. L. S. **Letramentos de reexistência: poesia, grafite, música, dança: HIP-HOP**. Parábola Editorial, São Paulo/SP. 2011.

VERGARA, S. C.. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. SP: Atlas, 2000.